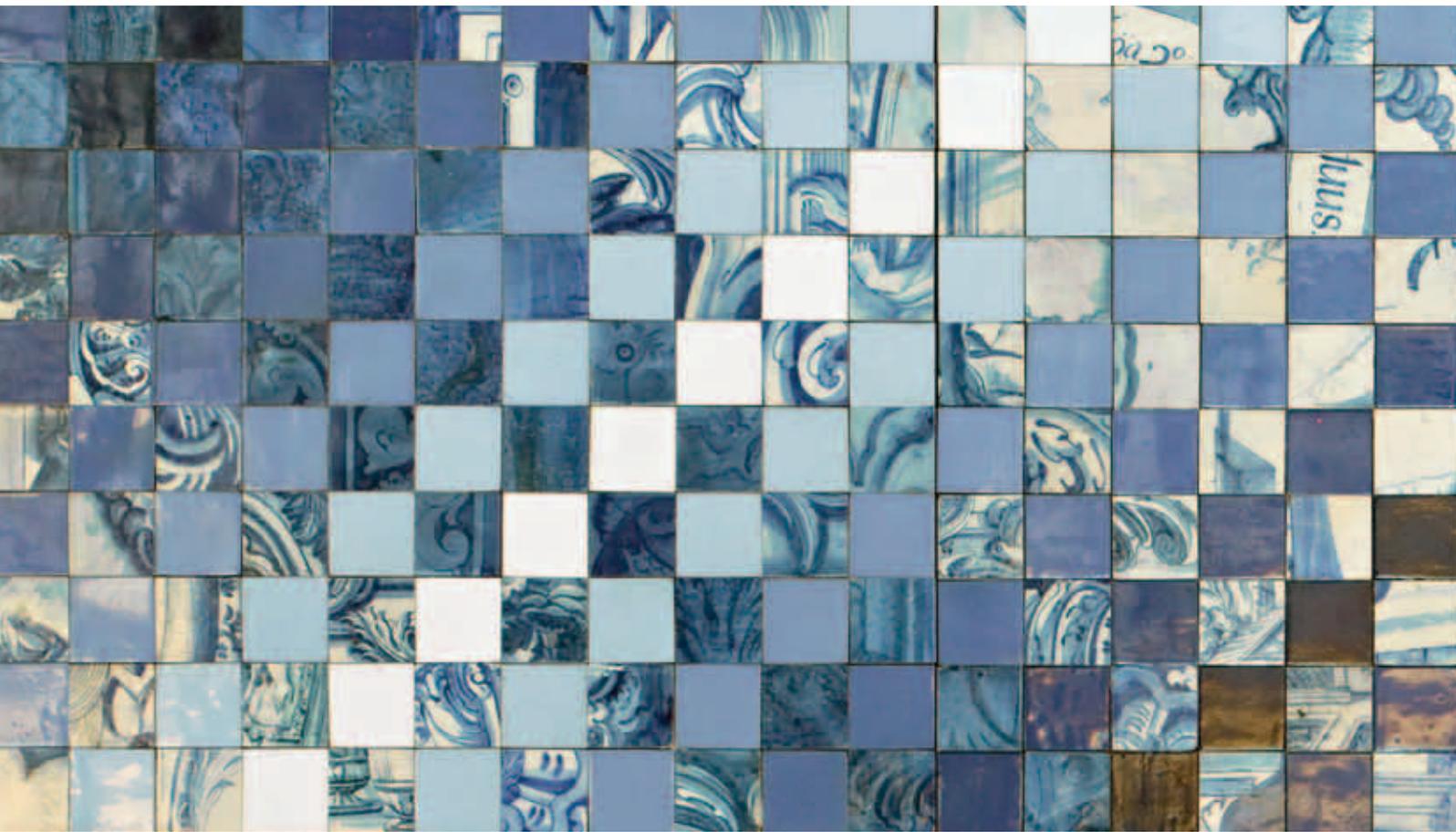


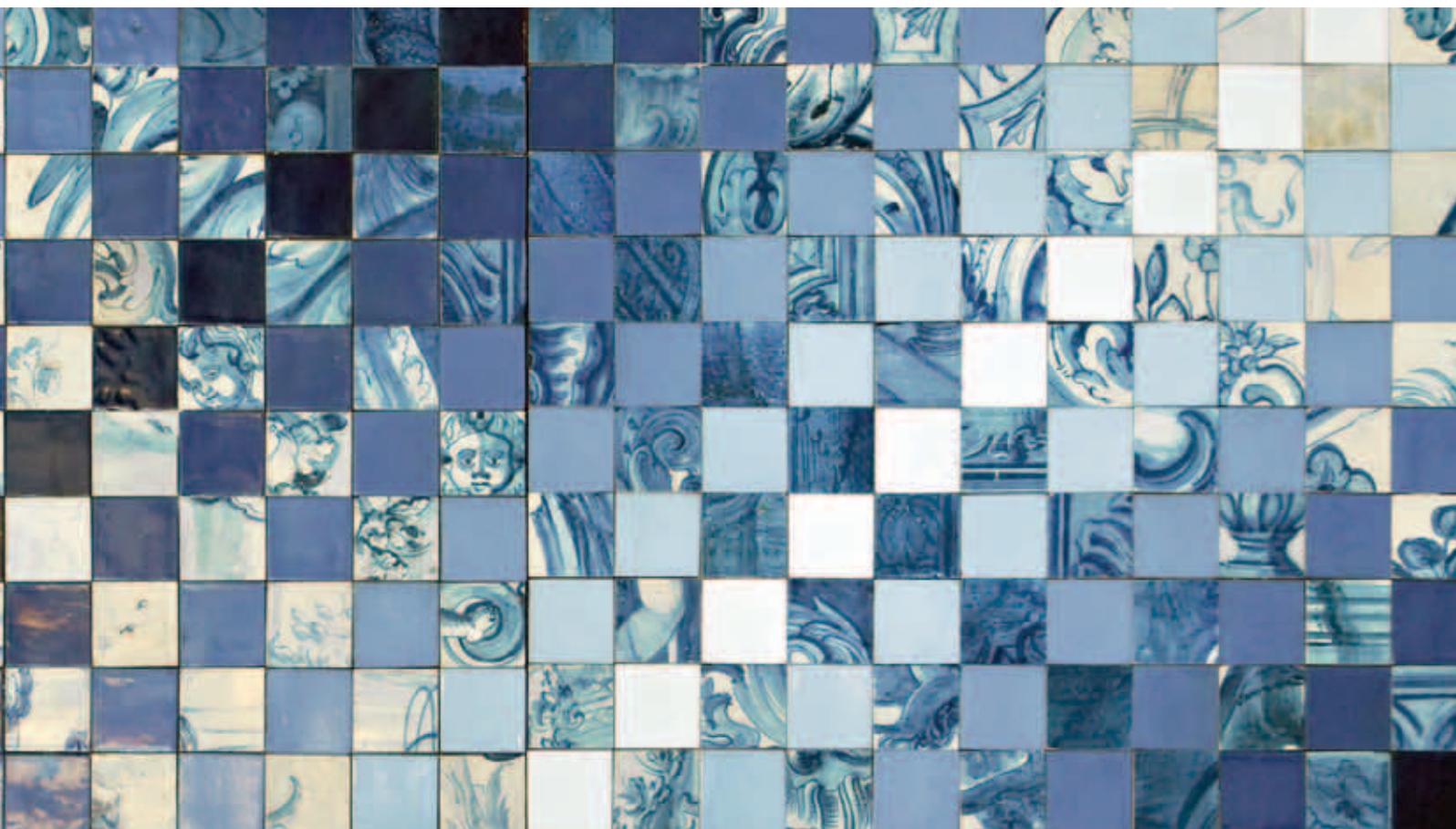


Empresa Portuguesa das Águas Livres S.A.
Relatório e Contas 2005





Painel de azulejos de Eduardo Nery (pormenor)



Índice

5 Mensagem do Presidente

Relatório de Gestão

7 Apresentação da EPAL

11 Produção, Adução e Distribuição

15 Relações com Clientes

19 Investimentos

23 Recursos Humanos

29 Qualidade da Água

33 Ambiente, Responsabilidade Social e Sustentabilidade

37 Situação Económica e Financeira

47 Perspectivas Futuras

49 Proposta de Aplicação de Resultados

51 Considerações Finais

53 Contas de 2005

59 Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

81 Relatório e Parecer do Fiscal Único

84 Certificação Legal das Contas

86 Relatório dos Auditores Externos



Eng.º Rui Godinho
(Vogal)

Dr. Jorge Loureiro
(Vogal)

Dr. João Fidalgo
(Presidente)

Dr. José Manita Vaz
(Vogal)

Prof. António Bento Franco
(Vogal)

I. Mensagem do Presidente

O ano de 2005 fica marcado pela forma como a EPAL **honrou a sua missão**, garantindo a normalidade e suficiência do abastecimento a todos os seus Clientes, apesar do País ter vivido uma das secas mais graves e prolongadas da sua história: vencendo os desafios de uma gestão eficaz e rigorosa dos recursos disponíveis no dia a dia, sem perder a visão do futuro e sem esmorecer nos propósitos de consolidação económica e financeira, de modernidade, de qualidade do produto e dos serviços, assumindo a sua responsabilidade social e ambiental.

Pela primeira vez na história da EPAL, o volume de água vendida foi inferior ao do ano anterior. Uma seca severa, vivida e sentida pela comunidade e o eco das campanhas de sensibilização oportunamente desenvolvidas, são factores que contribuíram para o reforço da adesão dos consumidores para um cada vez maior uso eficiente da água.

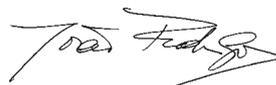
Em 2005, a EPAL continuou a **apostar no futuro**, desenvolvendo e incrementando o investimento na ampliação das capacidades do seu sistema de abastecimento e na renovação intensa da sua rede de distribuição: o esforço financeiro realizado nestes dois objectivos atingiu, no ano em apreço, os 45,677 milhões de Euros.

Numa perspectiva de **eficiência e sustentabilidade**, decidiu-se avançar com a revisão do Plano Director e do Plano Geral da Rede de Distribuição, actualizando o enquadramento e a metodologia de abordagem das opções técnicas que se colocam à Empresa.

O ano de 2005 ficará, ainda, como um marco assinalável no caminho a desenvolver para a redução das perdas e fugas de água no sistema de abastecimento da Empresa, com a constituição do projecto ou Grupo de Monitorização e Controlo das perdas e fugas e com o estabelecimento do objectivo de, no espaço de 4 anos, a empresa se situar ao nível das melhores práticas internacionais.

Merecem igualmente destaque as realizações conseguidas na melhoria das condições de acessibilidade e comunicação com os Clientes da Empresa, fruto **do ambiente de modernidade** criado pelo conhecimento e adopção de novas tecnologias.

Finalmente, **a paz social** vivida durante todo o período de reporte, aliada a uma postura de procura incessante de **eficiência e eficácia na gestão dos recursos** disponíveis, proporcionou a obtenção de resultados líquidos no exercício capazes de **reforçar a solidez e a consistência económica da EPAL**.



João Manuel Lopes Fidalgo



2. Apresentação da EPAL

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pela Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., e integrada no Grupo Águas de Portugal.

A EPAL tem por Missão o abastecimento de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental e a colocação das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Os estatutos da Empresa foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, e parcialmente alterados nas Assembleias-Gerais de 14 de Setembro de 1999 e de 27 de Fevereiro de 2002.

A área geográfica de intervenção da EPAL compreende, actualmente, 26 municípios a norte do rio Tejo. Para além da distribuição directa, em Baixa, no Município de Lisboa, em regime de exclusivo, a EPAL abastece, em Alta, a empresa Águas do Oeste, que serve os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, e abastece, ainda, os municípios de Alcanena, Amadora, Batalha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Loures, Odívelas, Oeiras, Ourém, Mafra, Porto de Mós, Santarém, Sintra, Tomar, Torres Novas, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais da EPAL é a seguinte:

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por Carlos Alberto Dias Teixeira.

Vice-Presidente: Cristina Rebelo Pereira.

Secretária: Alexandra Varandas.

Conselho de Administração

Presidente: João Manuel Lopes Fidalgo.

Vogal: Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro.

Vogal: José Alfredo Manita Vaz.

Vogal: António Bento Franco.

Vogal: Rui Manuel de Carvalho Godinho.

Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único)

António Dias Nabais

Joaquim Manuel da Silva Neves, Suplente

Conselho de Impacte Ambiental

Presidente: Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre

Vogal: Maria Paula Batista Antunes

Vogal: Manuel Duarte Pinheiro

Realizaram-se duas Assembleias-Gerais, uma ordinária, a 30 de Março, na qual foram aprovados o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2004, tendo os trabalhos sido suspensos, a pedido do accionista, por 30 dias, a fim de se reunirem as condições para a eleição de novos corpos sociais. Reabertos os trabalhos a 29 de Abril, e não estando, ainda, reunidas as condições para a eleição dos corpos sociais, a reunião foi encerrada. A segunda Assembleia-Geral reuniu a 9 de Junho e nela foram eleitos a Mesa da Assembleia-Geral, o Conselho de Administração, o Conselho de Impacte Ambiental e a Comissão de Vencimentos.

O Conselho de Administração, constituído por Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, Presidente, Armindo Carlos Cortez de Azevedo, Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Valdemiro Falcão Líbano Monteiro e João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogais, funcionou regularmente até à realização da Assembleia-Geral electiva de 9 de Junho. A partir de 9 de Junho, a administração da Empresa foi assegurada pelo novo conselho de administração.

A 29 de Setembro, realizou-se uma reunião de trabalho entre o Conselho de Administração e o Conselho de Impacte Ambiental, na qual foram delineadas as linhas futuras de actuação e colaboração.

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica actual da Empresa pode observar-se no seguinte organograma:

CA - Conselho de Administração

APT - Área de Negócio de Produção e Transporte

ADS - Área de Negócio de Distribuição

DAF - Direcção Administrativa e Financeira

DRH - Direcção de Recursos Humanos

DPO - Direcção de Projectos e Obras

DRA - Direcção de Renovação e Ampliação da Rede de Lisboa

DSI - Direcção de Sistemas de Informação

SG - Secretário Geral

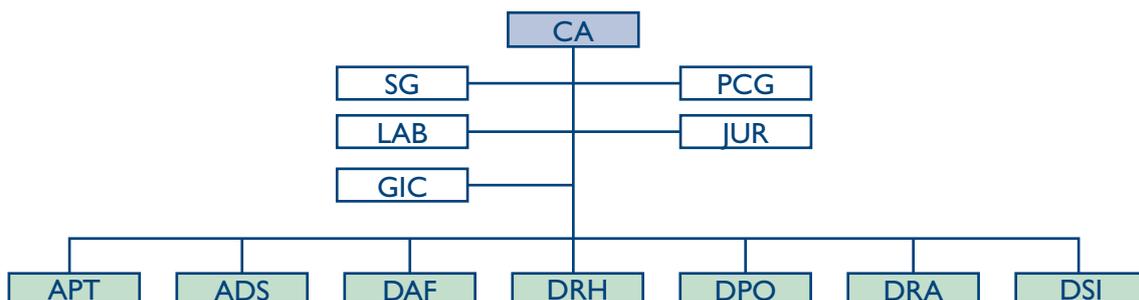
PCG - Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

LAB - Laboratório Central

JUR - Gabinete Jurídico

GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação

Existem, ainda, na dependência directa do Conselho de Administração, o Museu da Água e o Grupo de Trabalho de Monitorização e Controlo.



Os responsáveis do primeiro nível de reporte na Empresa são:

Assessor CA - Nicolau Lopes

APT - Conceição Almeida

ADS - Luís Branco

DAF - Hélder Oliveira

DRH - Ana de Almeida Pile

DPO - Francisco Serranito

DRA - José Figueira

DSI - Luís Reis

SG - José Manuel Zenha

PCG - Anita Ferreira

LAB - Maria João Benoliel

JUR - Luís Durão

GIC - José Manuel Zenha

MDA - Margarida Ruas

GMC - Andrew Donnelly

Principais Indicadores

	2003	2004	2005
CAPITAL SOCIAL (10 ³ EUR)	150 000	150 000	150 000
CAPITAL PRÓPRIO (10 ³ EUR)	334 548	343 093	345 906
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL (10 ³ EUR)	650 580	675 369	687 786
INVESTIMENTO (10 ³ EUR)	39 950	59 520	57 372
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (10 ³ EUR)	134 063	139 556	137 385
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS, ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA) (10 ³ EUR)	61 825	69002	65 684
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT) (10 ³ EUR)	34 604	42 041	38 495
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (10 ³ EUR)	29 529	36 665	33 295
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (10 ³ EUR)	20 436	26 024	23 788
CASH-FLOW (10 ³ EUR)	54 851	60 689	56 344
NÚMERO DE TRABALHADORES EM 31 DE DEZ.	850	806	811
NÚMERO DE CLIENTES	336 564	339 111	341 924
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ABASTECIDOS	26	26	26
POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA ABASTECIDA	2 556 955 a)	2 577 629 a)	2 594 033 a)
ÁREA TOTAL ABASTECIDA (Km ³)	5 443	5 406	5 406
ÁGUA TOTAL FORNECIDA (m ³)	221 650 618	222 720 242	218 850 664
CAPACIDADE DIÁRIA DE CAPTAÇÃO (m ³)	1 047 000	1 047 000	1 047 000
CAPACIDADE DIÁRIA DE PRODUÇÃO (m ³)	1 017 000	1 047 000	1 047 000

a) estimativas da população residente para Dezembro de 2002, 2003 e 2004 (INE)



3. Produção, Adução e Distribuição

A produção de água na EPAL compreende duas fases distintas, a Captação e o Tratamento.

Captação

Tendo em consideração que a Água é um recurso escasso, a política definida e sistematicamente implementada para efeitos de captação impõe que apenas se capte a água estritamente necessária à satisfação das necessidades do consumo.

Em 2005, foram utilizadas as captações superficiais da albufeira do Castelo do Bode, no Rio Zêzere, e de Valada, no rio Tejo, a captação de nascente do Rio Alviela, nos Olhos d'Água, e as captações subterrâneas de Valada 1 e 3, das Lezírias, da Ota e de Alenquer:

O volume total de água captada atingiu os 255 443 634 m³, assim distribuído:

existentes na produção e na adução, asseguraram o tratamento da água captada, tendo sido produzidos 255 289 130 m³.

Regista-se a entrada em exploração de um novo posto de cloragem na captação dos Olhos d'Água do Alviela, que complementa o tratamento pré-existente de ultra-violetas.

O volume das águas de processo nas operações de tratamento, no ano de 2005, foi de 148 424 m³, graças aos sistemas existentes, nas duas ETA's, de desidratação das lamas e de reaproveitamento das águas de lavagem dos filtros. Este valor é o melhor de sempre, já que, em 2004, foi registado um volume de águas de processo da ordem dos 679 543 m³, o qual representou, na altura, um recorde de exploração.

Origem	Volumes em m ³	% do total
Superficiais	220 322 452	86,25
Subsuperficiais	6 360 817	2,50
Subterrâneas	28 760 365	11,25
Total	255 443 634	100

O volume captado foi cerca de 5% inferior ao de 2004, pese embora o volume de água fornecida apenas ter decrescido 2,5%, o que evidencia recuperações nos volumes de águas de processo e de perdas e fugas.

Tratamento

As Estações de Tratamento da Asseiceira e de Vale da Pedra, bem assim como os postos de cloragem

Adução

Foram concluídas e entraram em exploração as duplicações do Adutor de Castelo do Bode, na Meia Via e na Brogueira, com as extensões de 7,440 e 3,590 km, e um troço, com cerca de 4 km, da conduta elevatória, que terá uma extensão de 8,650 km. Estes investimentos estão compreendidos no projecto de ampliação da capacidade do respectivo subsistema de 500 mil para 625 mil m³/dia.

Tiveram continuidade os trabalhos de recuperação de troços do Aqueduto Alviela.

O número de roturas reparadas na rede de adutores foi de 154, número que embora superior ao do ano anterior, não impediu uma redução significativa no volume de perdas, na ordem dos 4 milhões de metros cúbicos.

Fornecimento

O volume total de água fornecida, em 2005, foi de 217,620 milhões de m³, valor 2,5% inferior ao do ano transacto. Apesar da situação de seca severa não houve necessidade de impor quaisquer restrições ao consumo, facto que foi conseguido através de uma gestão otimizada dos recursos disponíveis.

A água fornecida pela Área de Negócio da Produção e Transporte (APT) atingiu o volume de 156,864 milhões de m³, enquanto que a área de Negócio da Distribuição (ADS) forneceu 60,756 milhões.

Distribuição

Prosseguiu, em 2005, o projecto de renovação da rede de distribuição de Lisboa, tendo sido substituídos 85,34 km de condutas. A extensão de rede substituída no ano, foi a maior desde que arrancou o projecto, em 2002.

Realizaram-se trabalhos de ampliação da rede, tendo sido instalados 8 973 metros de novas condutas.

Continuou a verificar-se uma redução sensível no número de roturas, tanto em condutas como em ramais, tendo-se registado até ao fim do ano 598 roturas em condutas de diâmetro inferior a 400 mm, 94 em condutas de diâmetro igual ou superior a 400 mm e 2 046 roturas em ramais. O número glo-

bal de roturas na rede de distribuição, em 2005, foi de 2 738, menos 16,7% que no ano anterior.

Gestão de Perdas e Fugas

O combate às perdas de água – aparentes e reais – foi definido, em 2005, como objectivo essencial para o desenvolvimento da EPAL. Em Setembro, o Conselho de Administração criou o GMC – Grupo de Monitorização e Controlo, a quem foram atribuídas responsabilidades pela Monitorização, Avaliação e Redução de Água Não Facturada em todo o Sistema da Empresa.

O objectivo fundamental do GMC deverá ser prosseguido por fases, de modo a que, dentro de quatro anos, estejam implementados e em funcionamento os sistemas de monitorização e controlo, em contínuo, das duas áreas de negócio da Empresa, a de Produção e Transporte e a de Distribuição.

Entre Setembro e Dezembro, o GMC fez o ponto de situação das actividades em curso de combate às perdas, preparou um plano de monitorização e controlo das perdas para o horizonte de 2006/2009. Foi definido o processo de desenvolvimento de Zonas de Medição e Controlo (ZMC) e de Zonas de Medição e Transporte (ZMT) e arrancou a implementação de um projecto piloto de sistema de telemetria.

No ano de 2005, as perdas totalizaram os 37,823 milhões de m³, o que representa cerca de 14,81% da água produzida. A comparação destes valores com os de 2004 revela uma evolução positiva, na medida em que as perdas naquele período representaram 17 % da água produzida.

A evolução das perdas, em metros cúbicos, entre 2004 e 2005, consta do quadro seguinte:

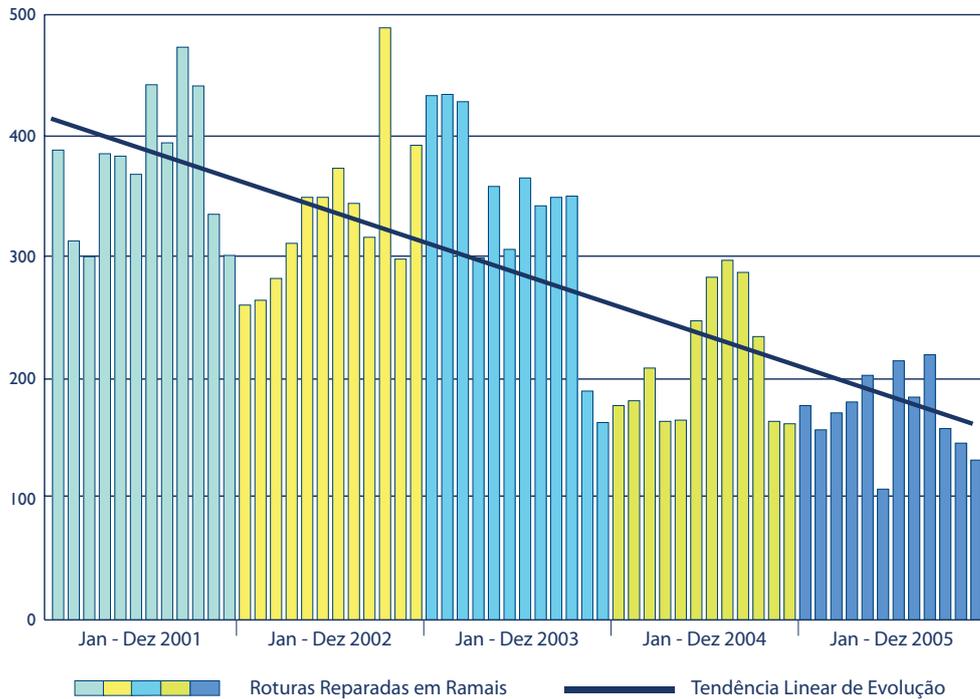
	2004	2005	Δ % 05/04
Perdas em APT	15 282 926	10 892 005	-28,73
Perdas em ADS	30 416 019	26 931 279	-11,46
Total de Perdas	45 698 945	37 823 284	-17,23

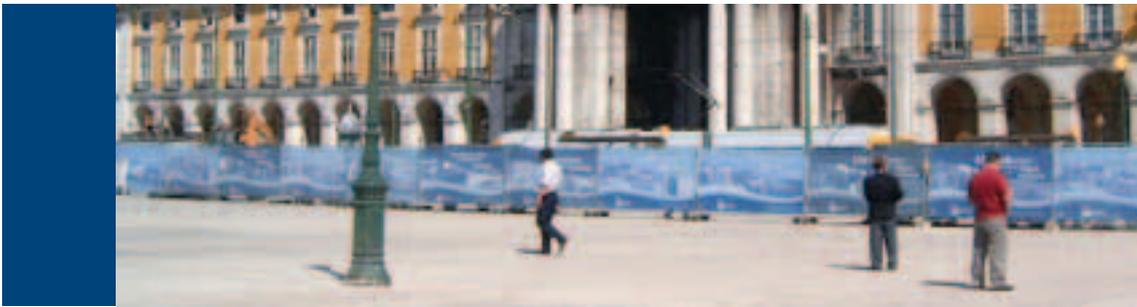
Resultado evidente do esforço realizado desde 2002, os volumes anuais de perdas na rede de distribuição vêm reduzindo sistematicamente, tendo passado dos 25,04% do volume da água fornecida

em 2002, para os 23,54% em 2005.

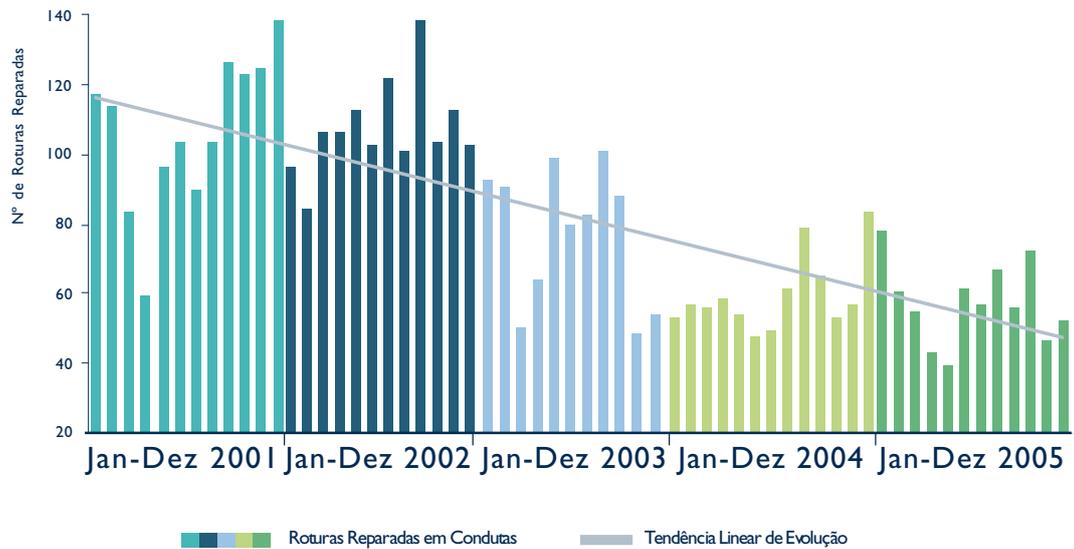
Os efeitos dos investimentos já realizados na renovação da rede de Lisboa são evidentes na redução de roturas em ramais e condutas:

Reparação Mensal de Roturas em Ramais

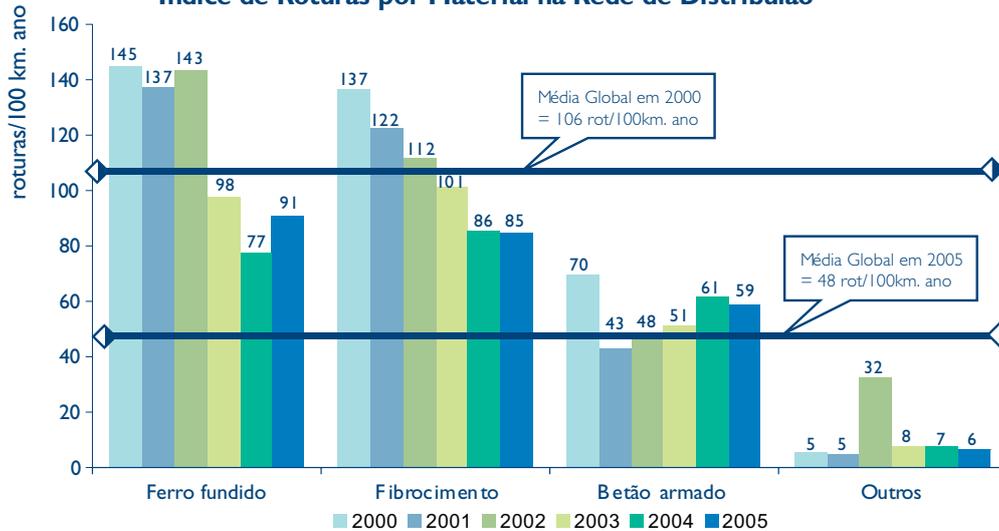




Reparação Mensal de Roturas em Conduitas



Índice de Roturas por Material na Rede de Distribuição



Fonte: PCG

4. Relações com Clientes

O relacionamento com os Clientes da Empresa foi objecto de especial atenção ao longo do ano.

Níveis de Satisfação

Realizaram-se inquéritos de satisfação aos Clientes em "Alta". Após o tratamento dos dados verificou-se que, em termos globais, os Municípios estão satisfeitos com o produto fornecido e com o serviço prestado pela Empresa. O estudo revelou que o nível global de satisfação de Clientes relativamente ao serviço prestado pela EPAL é elevado, tendo sido obtida uma pontuação de 4,3 (numa escala de 1 a 5). Salienta-se a avaliação efectuada à qualidade do produto água - de boa qualidade para 59% dos Clientes e de muito boa qualidade para 35% (item avaliado como mais importante pela maioria dos Clientes). O relacionamento com a EPAL é qualificado como bom por 53% dos Clientes e como muito bom por 29%.

Tendo presente a modernização introduzida nos serviços prestados aos Clientes Directos, considerou-se necessário proceder à revisão dos critérios de avaliação aplicados desde 2002. Para o efeito procedeu-se a um novo estudo qualitativo, com a realização de Painéis de Clientes Domésticos e de entrevistas a Empresas, com vista à determinação dos critérios de qualidade de serviço que hoje têm maior importância junto dos Clientes.

Estes painéis foram efectuados durante o mês de Dezembro e os resultados serão apresentados no 1º trimestre de 2006, servindo de base para o redesenho do inquérito a aplicar futuramente.

O número de reclamações registadas de Clientes em "Alta", foi de 16, tendo a respectiva resolução sido considerada plenamente satisfatória por 75% dos reclamantes.

Em 2005 registou-se um total de 22 382 reclamações de Clientes directos do Município de Lisboa, tendo-se verificado um aumento de 7,8% face ao ano anterior, maioritariamente apresentadas através da Linha de Atendimento (91,7%).

Tal como em anos anteriores, o motivo mais expressivo está relacionado com as Interrupções no Abastecimento. Do total das reclamações analisadas, 90,2% foram resolvidas no prazo de 15 dias, indicador que registou uma ligeira melhoria em relação a 2004 (obteve-se 89,3%).

Em relação às reclamações escritas, a capacidade de resposta no prazo de 15 dias foi muito semelhante à do ano anterior, tendo-se respondido neste prazo a 82,0% das reclamações.

Por fim, importa referir que, do total de reclamações resolvidas, 72,5% foram consideradas deferidas e 27,5% foram indeferidas.

Atendimento

A procura e utilização dos serviços de atendimento da EPAL por parte dos seus Clientes, pode observar-se no quadro seguinte, organizado de forma a revelar a evolução registada nos dois últimos anos.

A redução significativa do número de Clientes no atendimento presencial resulta, fundamentalmente, dos incentivos desenvolvidos pela Empresa para a utilização de meios mais cómodos e expeditos, como a facilitação da realização de contratos, via Internet e por telefone, a realização de pagamentos por débito directo, a utilização do site da EPAL para pedidos de esclarecimentos e de serviços, entre outros.



Atendimento a Clientes	2004	2005	Δ 05-04
Atendimento Geral	100.402	81.238	-19.164
Atendimento Cobranças	117.361	90.551	-26.810
Loja do Cidadão	81.302	62.304	-18.998
Atendimento Telefónico	190.307	207.464	17.157
Atendimento Postal	8.562	11.020	2.458
Atendimento Internet	2.168	4.672	2.504
Total	500.102	457.249	-42.853

Em 2005, foram controlados 24 818 locais com possível consumo fraudulento. Relativamente ao total de locais controlados, 5 802 foram objecto de tomada de acções decorrentes, nomeadamente fechos especiais, retirada de by-pass, retirada de contadores e selagem de equipamentos.

Clientes Municipais e Multi-Municipais

Verificou-se um acréscimo de consumos face ao ano de 2004 nos Municípios de Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Mafra, Santarém, Porto de Mós, Vila Franca de Xira, Vila Nova da Barquinha e Águas do Oeste, tendo os restantes Municípios registado um decréscimo nos volumes consumidos. O Município de Cascais foi o Cliente Municipal que registou um acréscimo mais significativo dos volumes consumidos face a 2004 (1 334 990 m³) e o Município de Oeiras/Amadora o que registou um decréscimo mais acentuado (-2 340 705 m³).

No decurso do ano, mercê de especiais condições de exploração do sistema de abastecimento, nomeadamente quando da ligação das duplicações do adutor de Castelo do Bode, houve situações que reclamaram esforços conjugados entre a EPAL e alguns dos seus Clientes municipais, no sentido de se eliminarem ou reduzirem as perturbações decorrentes. A partilha de responsabilidades e de meios teve sucesso e consolidou o bom relacionamento técnico e funcional existente.

No seguimento de negociações com o Município de Mafra, foi celebrado o contrato de construção do sistema adutor e obras de ligação e de abastecimento de água àquele Município.

Clientes Directos

A evolução do número de contratos, entre 2004 e 2005, de Clientes directos no município de Lisboa, apresentou-se como segue:



Evolução do nº de Contratos/Clientes	2003	2004	2005	% Total	Δ%05-04
Doméstico	282.879	285.623	288.749	84,49%	1,09%
Comércio/Indústria	45.918	45.548	45.384	13,27%	-0,44%
Inst. Interesse Público	2.453	2.547	2.624	0,77%	3,02%
Estado e Pessoas Direito Público	2.972	2.974	2.902	0,85%	-2,42%
Câmara Municipal de Lisboa	2.059	2.132	2.141	0,63%	0,42%
Total	336.281	338.824	341.764	100%	0,87%

A situação revela a manutenção da tendência estabilizadora dos últimos anos, tendo o crescimento registado nos contratos domésticos compensado as reduções verificadas nos tipos do doméstico especial, do comércio e indústria e do Estado e pessoas de direito público.

Facturação

O volume total de água facturada foi de 218 788 583 m³, o que corresponde a menos 1,83% da facturação de 2004.

O volume de água facturado em “Alta” no ano de 2005, ascendeu aos 157,756 milhões de m³, dos quais 156,491 aos Clientes Municipais e à Águas do Oeste e 1,266 aos Clientes Directos localizados na área de jurisdição dos Municípios.

Este volume representa um decréscimo de 0,71% relativamente ao verificado em 2004, significando, em termos absolutos, uma redução de 1,131 milhões de m³.

Em termos de valores, foram facturados globalmente 66 806 925,89 EUR, correspondendo a um decréscimo de 1.16% (785 016 EUR) face ao valor facturado em 2004.

A facturação “em Baixa” atingiu os 67 684 132 EUR, menos 0,70% que em 2004, correspondente à venda de 61 032 425 m³.

Importa reter que as receitas geradas com as vendas “em Baixa”, para um volume vendido correspondente a 27,83% do volume total facturado, representam 50,31% do total de vendas, enquanto que, “na Alta”, o volume da ordem dos 72,17% do volume total facturado apenas gerou 49,69% das vendas de água.

Distribuição das Vendas por Tipos de Clientes

A distribuição das vendas pelos diferentes tipos de clientes foi a seguinte:

Clientes	Volumes 2005 (m³)	Facturação 2005 (EUR)
Cientes Municipais		
Sintra	33 455 010	14.411.820
Loures/Odivelas	30 259 025	13.036.210
Oeiras/Amadora	29 240 299	12.594.892
Cascais	22 087 250	9.517.875
Vila Franca de Xira	13 083 864	5.637.486
Mafra	3 503 090	1.649.320
Tomar	1 440 820	620.746
Entroncamento	1 327 100	571.934
Ourém	1 306 710	564.179
Torres Novas	1 260 130	543.162
Alcanena	967 002	299.514
Porto de Mós	707 470	304.798
Vila Nova da Barquinha	657 310	283.145
Constância	395 620	170.450
Leiria	323 350	139.445
Santarém	270 748	69.952
Cartaxo	229 378	84.582
Batalha	205 760	94.319
Cientes Multi-Municipais		
Águas do Oeste	15 770 708	4.973.335
Cientes Directos		
Doméstico	29 921 293	26.284.002
Comércio/Indústria	13 713 036	22.525.529
Inst. Interesse Público	2 283 967	2.616.515
Estado e Pessoas Direito Público / Embaixadas	6 807 543	9.241.430
Câmara Municipal de Lisboa	8 306 587	7.016.656
Outros Clientes Directos	1 265 514	1.239.761
Total	218 788 583	134.491.058

5. Investimentos

Em 2005 o Plano de Investimentos da EPAL teve uma realização financeira de 57,3 milhões EUR, mantendo um nível de investimento semelhante ao de 2004.

Destacam-se os investimentos na ampliação da capacidade de produção e transporte do subsistema de Castelo do Bode e na renovação da rede de distribuição de Lisboa, os quais representam, respectivamente, 48% e 32% do investimento total de 2005.

Investimentos na Área de Produção e Transporte

No projecto de ampliação do subsistema do Castelo do Bode, foi concluída a construção da nova Estação Elevatória, a EEII, com uma capacidade de elevação de 125 000 m³/dia e com reserva de espaço para 250 000 m³/dia.

No fim do ano, encontravam-se em curso as obras de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento da Asseiceira, de 500 000 m³/dia para 625 000 m³/dia e a reformulação da tecnologia de tratamento, com introdução de flotação e de ozonização intermédia. A ampliação é conseguida através da construção de uma nova linha de tratamento com a capacidade de 125 000 m³/dia e a sua conclusão está prevista em 2007.

Igualmente em curso estavam as obras de duplicação da cisterna de água tratada, com a construção de uma nova cisterna de armazenamento da água tratada, constituída por duas células com capacidade unitária de 20 000 m³, as obras de duplicação da conduta elevatória entre a nova Estação Elevatória e ETA da Asseiceira, passando o troço a ter uma capacidade de transporte de 1 milhão de m³/dia, e as obras de duplicação de dois troços do Adutor de Castelo do Bode, o da Meia Via e o de Brogueira, com as quais será acrescida a capacidade de transporte de 500 000 para 625 000 m³/dia.

Merecem, ainda, destaque os investimentos feitos na substituição dos cinco motores de corrente contínua dos Grupos da Estação Elevatória de Castelo do Bode (EECB1), por motores de corrente alterna com variador de velocidade e a entrada em funcionamento da nova Estação Elevatória de Castelo do Bode (EECBII).

Prosseguiram-se as obras de recuperação do troço Alcanhões – Alcoentre, do Aqueduto Alviela e foram concluídos os trabalhos de reparação e impermeabilização do Reservatório da Amadora e de uma das Cisternas de água tratada da Estação de Tratamento de Vale da Pedra.

Com o objectivo de possibilitar a transferência de caudais do Aqueduto Tejo ou do Adutor de Castelo do Bode para o Aqueduto Alviela, tendo em vista a melhoria da qualidade da água e o reforço da fiabilidade do sistema de abastecimento, decorreram em 2005 os trabalhos de adaptação das instalações da Pimenta para a construção de uma nova estação elevatória.

Obras na Área de Distribuição

O ano de 2005 foi, desde que arrancou, em 2002, o projecto de renovação da rede, aquele em que foram substituídos mais quilómetros de tubagem, conforme se pode observar no quadro da página seguinte.

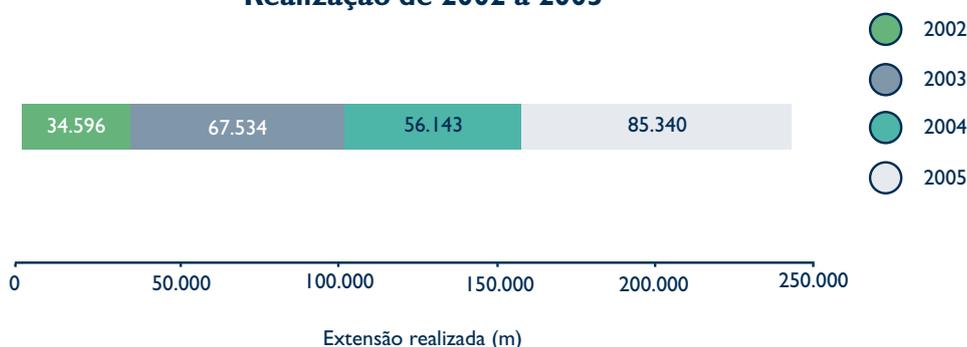
O valor total investido nos quatro anos de desenvolvimento do projecto foi de 42,310 milhões de Euros, dos quais 19,429 milhões em 2005.

Um dos factores considerados para a hierarquização das intervenções atende ao tipo de material existente na rede, sendo que as condutas de ferro fundido e de fibrocimento, porque alvo de um número mais elevado de roturas, têm justificado uma intervenção prioritária.



Evolução dos Km de Rede Renovada e Reabilitada 2002/2005

Realização de 2002 a 2005



Os efeitos dos investimentos já realizados têm-se feito sentir na redução progressiva do número de roturas registadas na cidade de Lisboa.

É de referir, ainda, o investimento realizado na ampliação da rede de distribuição, que cresceu, no ano em referência, cerca de 9 km.

Novas Tecnologias

Os investimentos de maior relevância realizados no âmbito das novas tecnologias recaíram no sistema de telegestão. Trata-se de um importante e vasto conjunto de projectos parcelares, com o objectivo de automatizar e integrar o maior número possível de instalações e subsistemas hidráulicos no sistema de supervisão e controlo à distância, para um controlo centralizado das operações, com a consequente redução de intervenção humana na exploração da rede. Por outro lado, pretende-se garantir a redun-

dância entre os centros de comando da Alta e da Baixa, assegurando a recuperação das operações em caso de inoperacionalidade de um dos centros.

Ainda conexo com o sistema de telegestão, o investimento feito no aumento da capacidade de transmissão da Rede de Telecomunicações da EPAL irá permitir aumentar a fiabilidade do sistema de telecomunicações no eixo interno da cidade de Lisboa e implementar meios de redundância para a salvaguarda das operações em caso de falha de sistemas (Disaster Recovery).

Outra acção digna de registo respeita ao projecto Interaqua da "Alta", que visa dotar a Área de Negócio de Produção e Transporte de um sistema de informação geográfica (GIS) constituindo um cadastro digital da rede, com descrição pormenorizada de traçados, órgãos de manobra e equipamentos de exploração.



A implementação deste projecto permitirá a sistematização de toda a informação, gráfica e alfanumérica, dos sistemas de APT, que até agora se encontrava dispersa e em diferentes suportes. Adicionalmente esta ferramenta permite realizar a actualização dos dados de uma forma rápida e eficaz, com repercussões evidentes na natureza da informação necessária às actividades de planeamento, remodelação/ampliação, exploração e manutenção dos referidos sistemas. Refira-se também que permitirá aumentar a eficácia na manutenção e na transmissão de informação entre os

departamentos da EPAL e com entidades externas à Empresa, com a consequente racionalização de recursos humanos e económicos.

Investiu-se ainda, no desenvolvimento e melhoria das aplicações dos Sistemas de Gestão de Manutenção, de Laboratórios e de Informação Geográfica – Interaqua.

Neste último caso integra-se a nova tecnologia da Intergraph baseada em objectos Geomedia o que facilitará a integração com outros sistemas, nomeadamente o SIGC.Net e a Gestão de Activos da EPAL.



6. Recursos Humanos

Movimentos de Pessoal

O número total de efectivos ao serviço da EPAL, em 31 de Dezembro, era de 811. Se bem que, a exemplo do sucedido nos últimos anos, se mantêm condições de mobilidade características de alguma estabilidade, no ano em referência, o número de trabalhadores cresceu em 5 unidades, tendo-se verificado, ainda, um abrandamento significativo nas saídas, que desceram de 50, em 2004, para 16, em 2005, e um crescimento das entradas, cuja evolução, no mesmo período, foi de 6 para 21. A redução do período normal de trabalho, de 37 para 35 horas semanais, justificou parte significativa do número de admissões no ano em referência, nomeadamente para reforço das equipas de operadores de exploração.

Estágios de Inserção na Vida Activa

No âmbito da movimentação de pessoal, foi definido em 2005, para implementação em 2006, um programa de estágios de inserção na vida activa para jovens. Através de estágios remunerados, pretende-se dar oportunidades de emprego, atraindo à Empresa novas capacitações profissionais e apostando no rejuvenescimento do seu quadro de pessoal.

Antiguidade e Nível Etário

A antiguidade média na Empresa em 2005 foi de 19,69 anos (19,3 no ano anterior), e a idade média 45,40 (44,95 em 2004). Os quadros seguintes reflectem estas realidades:

Distribuição por Nível de Antiguidade

Nível de Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0-5 anos	53	25	78
6-10 anos	77	48	125
11-15 anos	45	12	57
16-20 anos	105	31	136
21-25 anos	88	26	114
26-30 anos	167	19	186
31-35 anos	73	28	101
36-40 anos	11	3	14
TOTAL	619	192	811
MÉDIA	20,53	16,97	19,69

Distribuição por Nível Etário

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
18-24 anos	4	1	5
25-29 anos	45	21	66
30-34 anos	46	36	82
35-39 anos	46	11	57
40-44 anos	86	23	109
45-49 anos	113	33	146
50-54 anos	154	45	199
55-59 anos	114	20	134
60-64 anos	10	1	11
65 e mais	1	1	2
TOTAL	619	192	811
MÉDIA	46,16	42,94	45,40

Níveis de Qualificação

A distribuição dos efectivos por níveis de qualificação foi a seguinte:

Nível de Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Quadros Superiores	60	28	88
Quadros Médios	65	45	110
Encarregados, Mestres e Contra-mestres	47	2	49
Altamente Qualificados	109	33	142
Qualificados	322	64	386
Semi-Qualificados	16	20	36
TOTAL	619	192	811



Absentismo

O absentismo em 2005 registou uma taxa de 3,89%, que comparada com a do ano anterior (4,53%), revela uma redução de 0,64%. A taxa

apresentada reflecte as acções de acompanhamento e controlo do absentismo crónico implementadas no decurso do ano.

Formação

A realização conseguida nos domínios da formação apresenta-se nos quadros seguintes:

2005	Act. Interna	Act. Externa	Total
Participantes	25	384	409
Formandos	25	880	905
Acções	2	240	242
Horas de Formação	75	20218.5	20293.5
Custos (€)			129871.18

Níveis de Enquadramento	nº de Formandos	nº de Participantes	Horas de Formação
Dirigentes e Quadros Superiores	308	87	5798,5
Quadros Médios	238	84	5796
Encarregados e Mestres	44	21	910.5
Profissionais Altam. Qualificados	112	66	2822
Profissionais Qualificados	195	143	4846.5
Profissionais Semi-Qualificados	8	8	120
Totais	905	409	20293.5

Segurança e Higiene no Trabalho

No que concerne à segurança e higiene no trabalho, realizaram-se acções de avaliação e controle de riscos profissionais (166 visitas/inspecções), de optimização das condições de trabalho, de sensibilização, formação e treino, de selecção e atribuição de equipamento de protecção colectiva e individual, de análise casuística e estatística da sinistralidade, entre outras.

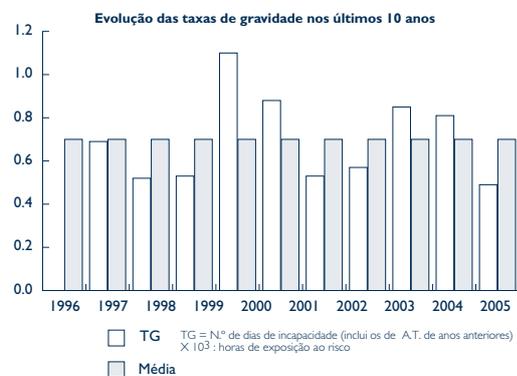
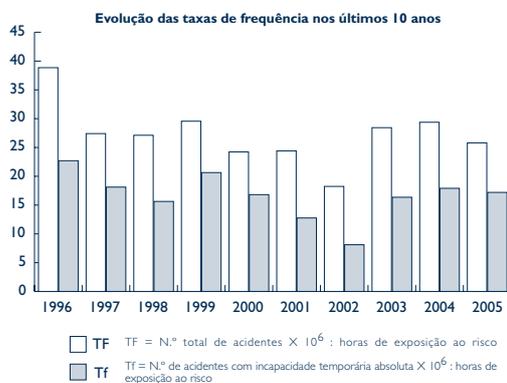
Para os trabalhadores admitidos ao longo do ano foram organizadas acções de acolhimento, nas quais foram evidenciados os riscos da actividade que iriam desenvolver e indicadas as medidas ade-

quadas de prevenção e protecção, bem como a resposta a situações de emergência.

Os principais indicadores de segurança registaram uma evolução muito positiva. A taxa de frequência total teve uma redução de 12%, sendo mais modesto o decréscimo na taxa de frequência dos acidentes com baixa (4%). Em relação à gravidade dos acidentes, atingiu-se o melhor resultado da última década no que respeita à gravidade geral, com um decréscimo de 40% em relação ao ano anterior. A taxa de gravidade do próprio ano teve um decréscimo de 15% em 2005. Os principais indicadores tiveram os seguintes valores:

Indicadores	2005
TF - Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	25,81
Tf - Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	17,21
Tg - Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,45 445 ¹
TG - Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	0,49 488 ¹

¹ Cálculo realizado segundo a recomendação da OIT - Organização Internacional do Trabalho, usadas as fórmulas:
 TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 10⁶ : horas de exposição ao risco;
 Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 10⁶ : horas de exposição ao risco.



Registaram-se 5 acidentes "in itinere" e 5 em actividades da Casa de Pessoal, que originaram 359 dias de baixa.

No que respeita à prevenção e protecção contra incêndios, inspeccionaram-se os equipamentos instalados, ensaiaram-se os sistemas automáticos de detecção e extinção e providenciaram-se as alterações e reforços de equipamento necessárias. Ampliou-se o sistema automático de detecção de incêndios de Vila Franca.

No domínio da resposta a situações de Emergência, concluiu-se o Plano de Emergência Interno para o recinto de Telheiras, iniciou-se a revisão dos restantes PEI e realizaram-se exercícios de simulacro de acidente químico nos Recintos de Asseiceira e Valada Tejo e de incêndio no de Vila Franca.

Actividades Sociais

A nível dos programas ocupacionais dos filhos dos trabalhadores, nas faixas etárias dos 6 aos 17 e dos 18 aos 25 anos, continuou a ser desenvolvido o OTL Infantil e Juvenil, que consistiu na frequência de Campos de Férias, em regime de internato, para a primeira das faixas etárias. Para a segunda, foi proporcionado o contacto directo com o meio laboral, através da integração nos diversos Serviços. Estes programas acolheram, respectivamente, 54 e 51 jovens.

Assegurou-se, ainda, a gestão do Seguro de Doença que, no final de 2005 abrangia 1060 titulares, 528 cônjuges e 481 dependentes, num total de 2069 pessoas seguras.

No conjunto dos seis refeitórios da Empresa foram servidos 86 416 almoços, cujo custo directo ascendeu a 506 379,76 Euros, tendo sido realizadas 221 inspecções técnicas às condições de funcionamento. Procedeu-se, como habitualmente, à distribuição da tradicional Ceia de Natal a todos os trabalhadores que se encontravam ao serviço na noite de 24 para 25 de Dezembro.

Aconteceu, mais uma vez, a distribuição do Cabaz de Natal aos trabalhadores no activo, pré-reformados e reformados, envolvendo um total de 1 631 pessoas. Este ano, e pela primeira vez, os cerca de 40 cabazes de Natal não reclamados pelos respectivos destinatários, foram entregues a Instituições de Solidariedade Social – Ajuda de Mãe, AMI - Assistência Médica Internacional e Comunidade Vida e Paz.

Pelo 15º ano consecutivo realizou-se o jantar de homenagem aos trabalhadores que completaram 35 e 25 anos de serviço e aos que passaram à situação de reforma. Completaram 35 anos de serviço 10 trabalhadores, 25 anos 16 trabalhadores e passaram à reforma 12 trabalhadores oriundos do activo e da situação de pré-reforma. O evento contou com a presença de cerca de 130 pessoas, entre homenageados, acompanhantes, directores e conselho de administração.

A Casa de Pessoal da EPAL foi apoiada, nas suas actividades desportivas, culturais e de lazer, com uma verba global de 68 100 Euros e a AREPAL – Associação de Reformados da EPAL, com o montante de 60 000, destinado à comparticipação nas despesas de funcionamento do Centro de Dia, do serviço de refeições para os reformados que o frequentam e de algumas actividades de ocupação de tempos livres e de lazer.

Actividades Médicas e Medicina do Trabalho

Nos domínios da Medicina do Trabalho, em 2005, realizaram-se 1 104 exames médicos, dos quais 26 de admissão, 553 periódicos e 525 ocasionais. Realizaram-se, ainda, 1758 consultas de estomatologia proporcionadas pela empresa nos dois postos médicos que possui.

A campanha de vacinação antigripal beneficiou 430 trabalhadores e as campanhas de doação benévola de sangue contaram com a participação de 44.



7. Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água é assegurado pelo Laboratório Central da EPAL e pelos laboratórios da Asseiceira e de Vale da Pedra.

As actividades de controlo do Laboratório Central desenvolvem-se de acordo com o Programa de Monitorização da Qualidade da Água (PMQA), que compreende a vertente do controlo legal, anualmente aprovada pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) e a vertente do controlo operacional. As actividades dos laboratórios da Asseiceira e de Vale da Pedra desenvolveram-se em conformidade com os respectivos planos anuais de controlo operacional. Tanto o PMQA como os planos de controlo operacional foram integralmente cumpridos pelas unidades laboratoriais da Empresa.

No âmbito do PMQA, efectuou-se a colheita de 7 663 amostras de água em 222 pontos de amostragem fixos representativos de todo o sistema da EPAL (captações, adutores, entregas a Entidades Gestoras “em baixa”, à Águas do Oeste e rede de distribuição da cidade de Lisboa) e em 870 pontos de amostragem em torneiras de consumidores da cidade de Lisboa. Realizaram-se 184 246 determinações de substâncias/espécies da qualidade da água.

Procedeu-se ainda à colheita de 1 912 amostras relativas a programas complementares de amostragem e de análise respeitantes a tratamento de Incumprimentos de Valores Paramétricos (IVP) e de Valores de Alerta (VA), infiltrações, reclamações da qualidade da água, lavagens e desinfecção de reservatórios e condutas, paragens do Subsistema de Castelo do Bode, estudo de pré-sanitização das torneiras dos consumidores, etc., nas quais se realizaram 18 694 determinações de substâncias/espécies da qualidade da água.

O número total de parâmetros/espécies individualizados pesquisados, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 236/98 e no Decreto-Lei n.º 243/2001, foi de 103 parâmetros (174 espécies), tendo a seguinte distribuição: 14 parâmetros microbiológicos (15 espécies), 2 parâmetros organolépticos, 3 parâmetros biológicos, 29 parâmetros físico-químicos (30 espécies), 23 parâmetros relativos a metais, 19 parâmetros relativos a substâncias orgânicas (88 espécies) e 13 parâmetros radiológicos.

A distribuição do número de determinações efectuadas, por área do sistema de abastecimento da EPAL é apresentada nos quadros que se seguem:



PMQA	Determinações (espécies)
Captações Subterrâneas	9 840
Captações Superficiais	5 621
Adutores	25 712
Entregas Entidades Gestoras “em baixa” e AdO	53 865
Clientes Directos através da Adução	458
Rede Cidade de Lisboa (Contr. Operac.)	65 265
Rede Cidade de Lisboa (Contr. Legal)	23 485
Sub-Total	184,246
Programas e Solicitações Pontuais	
Paragens do Castelo Bode	258
Estudo pré-sanitização torneira consumidor	1 185
Tratamento de PIVP	4 233
Reclamações da Qualidade da Água	8 401
Outros (infiltrações, etc.)	4 617
Sub-Total	18 694
Total	202 940

Qualidade da Água nas Origens

A seca severa vivida em 2005, conjugada com as elevadas temperaturas registadas, fez-se repercutir significativamente na evolução da qualidade da água de boa parte das captações da Empresa.

Rio Zêzere - Albufeira de Castelo de Bode

Os resultados obtidos ao longo do ano 2005 na água da Albufeira de Castelo de Bode registaram, para o parâmetro Temperatura, valores superiores aos VMA estabelecidos para qualquer das Classes A1/A2/A3, numa percentagem de 3,5% do número total de determinações.

Este parâmetro registou, também, 14,3% de determi-

nações acima dos VMR definidos para a Classe A1/A2/A3, implicando a integração da água captada na Albufeira de Castelo do Bode na Classe > A3.

Os valores detectados registaram-se predominantemente no nível superficial da torre de captação da EPAL. Nos 2 níveis de captação subaquática utilizados ao longo do ano pela Empresa, apenas se registou uma determinação acima dos VMR definido para as Classes A1/A2/A3 para o parâmetro Temperatura. No entanto, a ocorrência de valores de Temperatura superiores aos VMR e VMA estabelecidos para as classes A1/A2/A3 não é considerada um factor problemático, por não representar, por si só, um indicador de contaminação das águas, mas mais naturalmente uma consequência do clima que se fez sentir no país.

Embora sem carácter sistemático, ocorreram valores superiores ao VMR em cerca de 10% das amostras colhidas nos níveis superficiais da torre de captação do Castelo do Bode, nos parâmetros Coliformes Totais e Fecais. Estas situações são facilmente resolúveis através do tratamento garantido pela Estação de Tratamento da Asseiceira. A maioria dos valores anómalos registados ocorreu no período de Novembro/Dezembro, provavelmente como reflexo da degradação da qualidade da água observada quando das primeiras chuvas.

Apesar de, até à presente data, a qualidade da água captada na albufeira de Castelo de Bode, não merecer grandes preocupações para a EPAL, tendo em consideração que a linha de tratamento da ETA da Asseiceira permite a produção de água para consumo humano de elevada qualidade, as situações verificadas em 2005, vêm reforçar a indispensabilidade de garantir a protecção da zona de captação, tal como previsto por lei, para obviar à sua degradação.

Rio Tejo - Valada Tejo

Os resultados do controlo realizado à qualidade da água captada no Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, registaram valores superiores aos VMA estabelecidos para qualquer das classes A1/A2/A3 no parâmetro da Temperatura, em 14% das determinações, e valores superiores ao VMR estabelecido para a Classe A2 no parâmetro Coliformes Totais, em 25% das determinações efectuadas. Em consequência, as águas captadas em Valada Tejo integram-se na Classe A3.

A ocorrência de valores de Coliformes totais superiores ao VMR da Classe A3, não tem carácter sistemático, sendo facilmente eliminável através do esquema de tratamento garantido pela estação de Tratamento de Vale da Pedra. Esta afirmação está suportada pelos resultados obtidos na monitorização da qualidade da água tratada à saída da referida ETA, onde nunca foram registados valores não

conformes com as normas da qualidade definidas no Decreto-Lei n.º 243/2001.

Rio Alviela – Nascente dos Olhos de Água

A água captada na nascente do Rio Alviela (Olhos de Água) caracterizou-se por ser uma água mineralizada e dura, não se tendo registado, ao longo do ano 2005, qualquer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

Captações Subterrâneas

A água captada nas origens subterrâneas da OTA e Alenquer, localizadas em aquífero calcário, caracterizou-se por ser bastante mineralizada, dura e fracamente cloretada e sulfatada, não se tendo registado, ao longo do ano 2005, qualquer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

A água captada nas captações subterrâneas das Lezírias, situadas no aquífero da bacia do Tejo do Miocénio, caracterizou-se por ser uma água bastante mineralizada e mediamente dura, cloretada e sulfatada. Nestas captações subterrâneas os parâmetros Temperatura, Cobre e Bário registaram valores que excederam o VMA da Classe A1, nos termos do Decreto-Lei n.º 236/98.

As captações subterrâneas situadas nos aluviões (Poços de Valada) caracterizaram-se por serem águas excessivamente mineralizadas. Os parâmetros que apresentaram valores que excederam o VMA da Classe A1, nos termos do Decreto-Lei n.º 236/98, foram a Temperatura e o Bário.

Qualidade da Água Tratada nas Estações de Tratamento

Para efeitos de controlo das operações de tratamento realizadas nas respectivas estações de trata-



mento, o laboratório da Asseiceira realizou, no ano em referência, 24 848 determinações, distribuídas por 59 parâmetros relevantes à qualidade da água tratada, tendo-se registado, apenas, um incumprimento de valores paramétricos (IVP).

O laboratório de Vale da Pedra realizou 72 167 determinações, reportadas a 46 parâmetros, tendo sido registados 2 incumprimentos. Importa referir que cada IVP dá origem a um rigoroso processo de análise e tratamento, tendo em vista o apuramento de eventuais causas e a regularização da situação.

Qualidade da Água Fornecida

Relativamente ao ano de 2004, pode concluir-se que houve um agravamento generalizado na qualidade da água para consumo humano fornecida pela EPAL, uma vez que se registaram mais incumprimentos, em termos absolutos e percentuais, nas amostras de água distribuída à Cidade de Lisboa (controlo legal e controlo operacional) e na água fornecida em “alta” a Entidades Gestoras, como pode observar-se no quadro seguinte:

Entidades Gestoras, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, e na Portaria n.º 1216/2003, de 16 de Outubro.

O número de determinações efectuadas na rede de distribuição de Lisboa, tendo em vista o controlo legal e operacional da qualidade da água, foi de 88 750. Com base nos valores obtidos, foi possível concluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de

	Valores > ao VP 2004		Valores > ao VP 2005	
	Número	%	Número	%
Torneiras consumidores na cidade de Lisboa	47	0,19	58	0,25
Rede de distribuição de Lisboa	36	0,05	45	0,07
Fornecimento Entidades Gestoras “em baixa”	41	0,08	54	0,10

A EPAL divulgou mensalmente, no seu site da internet e trimestralmente na imprensa nacional, mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores abastecidos através da rede de distribuição de Lisboa, das análises de controlo da qualidade da água na rede de distribuição de Lisboa (pontos de amostragem fixos) e das análises efectuadas nos pontos de entrega “em alta” a

qualidade definidas na legislação portuguesa, tendo-se registado valores não conformes em 0,11% das determinações de espécies realizadas.

Conclusão semelhante foi obtida a partir das 53 865 determinações feitas para monitorização da qualidade da água fornecida “em alta”, tendo-se registado valores não conformes em 0,10 % do total das determinações realizadas.

8. Ambiente, Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Ambiente

Cumpriu-se, em 2005, o primeiro ciclo trienal da certificação ambiental da Empresa, tendo sido realizada a correspondente auditoria de renovação, a qual se fez coincidir com a auditoria de transição para a NP EN ISO 14 001:2004.

O cumprimento dos objectivos e metas estabelecidos para o período de reporte pode observar-se no quadro seguinte:

Indicadores	Metas	Realização
Perdas totais face à água captada	15,9%	14,8
Substituição/reabilitação da rede	70 km	85 km
Monitorização da rede a partir das ZMC's	74 ZMC's	74 ZMC's
Roturas em tubagem (< 400 mm) reparadas em 24 horas	85%	89%
Roturas em ramais reparadas em 24 horas	75%	75%
Perdas em APT	< 15,4 milhões m ³ /ano	10,9 milhões m ³ /ano
Perdas em ADS	< 27,5 milhões m ³ /ano	26,9 milhões m ³ /ano
IVP's no controlo legal nas torneiras do consumidor	0,4% determinações	0,25% determinações
IVP's no controlo legal da água entregue às entidades gestoras	0,15% determinações	0,10% determinações
IVP's no controlo operacional em Lisboa	0,09% determinações	0,07% determinações
IVP's no controlo operacional fora de Lisboa (ETA's e Adução)	0,15% determinações	0,06% determinações
Rendimento de grupos electrobomba	20 ensaios	6
Solução da incomodidade do ruído produzido nas instalações da Verdelha e da Amadora	2	2
Redução de lamas no parque da Asseiceira	6 000 ton	6 016 ton
Redução de lamas no parque de Vale da Pedra	3 500 ton	2 500 ton
Redução de encargos de aluguer de contentores e de transporte de resíduos	10%	22,5%
Celebração de contrato para a recolha de toners	1	1
Redução de resíduos produzidos	70 ton	217 ton
Valorização dos resíduos produzidos	20,5%	37,8%
Solução de situações irregulares de gestão e manutenção	2	1

Das 51 acções constantes do Programa de Gestão Ambiental, distribuídas pelos 9 objectivos anuais, foram integralmente realizadas 19, encontrando-se em curso de realização, no fim do ano, mais 29 acções. Boa parte das acções em curso respeita a projectos que estão em apreciação ou que aguardam abertura de concursos, prevendo-se a sua realização em 2006.

Merece especial destaque a gestão integrada de resíduos, uma vez que em termos de produção, excluídas as lamas das estações de tratamento, se registou uma redução de mais de 50% face aos resíduos produzidos no ano anterior. Acresce que, das cerca de 203 toneladas produzidas, 37,8% foram resíduos valorizados.

Arrancaram, em Março, os trabalhos para a criação do sistema de gestão da qualidade da EPAL, no qual serão integrados o sistema de gestão ambiental e o sistema de gestão da qualidade de Clientes directos, certificado pela NP EN ISO 9001:2000.

Relativamente ao último dos sistemas de qualidade referidos, o relatório da revisão de 2005 apresentou indicadores de realização e desempenho muito positivos, destacando-se a utilização de novas tecnologias para a proximidade e comodidade dos Clientes, evidenciando uma implementação consolidada e assumida, tanto pelos responsáveis como pela generalidade dos colaboradores da área. No âmbito do novo sistema integrado, desenvolver-se-á, também, a vertente da higiene e segurança.

Os sistemas de acreditação dos laboratórios da Empresa, concretamente de Contadores, da Asseiceira e o Laboratório Central foram avaliados favoravelmente nas auditorias anuais de acompanhamento, sendo de registar a extensão da acreditação deste último para mais 6 parâmetros, 21 espécies e 6 novos métodos de ensaio. O Laboratório Central da EPAL passou, assim, a estar acreditado para a colheita de amostras de águas

para ensaios e para a determinação de 80 parâmetros, correspondendo a 187 espécies analisados em águas naturais e de consumo humano, por 69 métodos de ensaio.

Porque se reconhece que os sistemas da qualidade constituem um relevante instrumento gerador de sinergias, de vontades e de práticas de melhoria contínua, fundamentais para a sustentabilidade da Empresa, continuarão a merecer a melhor atenção e empenho.

Responsabilidade Social

Para além das realizações nos domínios da formação dos recursos humanos, da segurança e higiene no trabalho e das actividades sociais desenvolvidas para os trabalhadores da Empresa, a que se fez referência no capítulo sexto deste relatório, importa referir as atenções dirigidas à cultura e à sociedade, designadamente a preservação do património histórico da EPAL e do património monumental nacional confiado à Empresa e a sua divulgação e animação cultural.

Os espaços do Museu da Água foram visitados por 50 255 pessoas e viveram 27 exposições de pintura, 2 de escultura, 3 de fotografia e 6 mistas, além de numerosas reuniões promovidas pela EPAL e por entidades terceiras.

Ao longo do ano, a Empresa foi referida nos órgãos de comunicação social 750 vezes, tendo sido atendidos 330 pedidos de informação e esclarecimento.

Em função da seca severa que se viveu, a EPAL desenvolveu campanhas para o uso eficiente da água junto dos seus Clientes e apoiou e patrocinou campanhas desenvolvidas por outras entidades, nomeadamente a Águas de Portugal e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.



Sustentabilidade

As preocupações e realizações da EPAL nos domínios do desenvolvimento sustentável, tanto na vertente económica, como nas vertentes ambiental e social, justificaram o lançamento do desafio de elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade da Empresa.

Cobrindo o período de 2003 a 2005, o relatório de sustentabilidade apresentará o conjunto de indicadores relevantes à caracterização da performance da EPAL no relacionamento com os seus stakeholders, prevendo-se a sua divulgação no decurso do primeiro semestre de 2006.

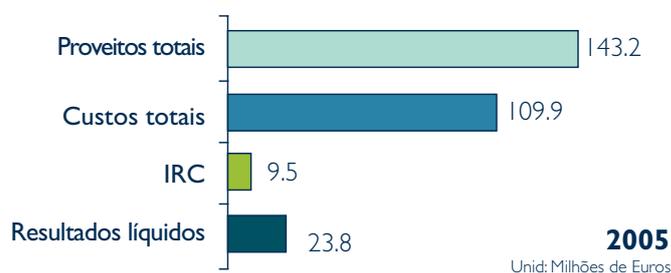


9. Situação Económica e Financeira

Situação Económica

A EPAL registou, em 2005, um bom desempenho económico, tendo obtido resultados líquidos de

23,8 milhões de Euros, decorrentes de proveitos totais de 143,2 milhões de Euros e de custos totais de 109,9 milhões de Euros.



O quadro seguinte apresenta as principais rubricas dos proveitos, bem como a sua comparação com os exercícios de 2004 e 2003.

Proveitos	2003	2004	2005	VARIÇÃO 05/04	
				Valor	%
Proveitos operacionais	136.197	142.266	139.673	(2.593)	(1,8)
Proveitos e ganhos financeiros	293	450	220	(230)	(51,1)
Proveitos e ganhos extraordinários	3.274	5.624	3.281	(2.343)	(41,7)
TOTAL	139.764	148.340	143.174	(5.166)	(3,5)

(10³ EUR)

Os proveitos totais atingiram, em 2005, um total de 143,2 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 3,5% face ao ano anterior. Esta situação resultou, fundamentalmente, da contracção nas vendas de água (1,8%), e da redução dos proveitos e ganhos extraordinários (41,7%), que

no total contribuíram com um decréscimo de 4,8 milhões de Euros.

Os proveitos e ganhos extraordinários atingiram, em 2005, o valor de 3,3 milhões de Euros, montante idêntico ao registado em 2003, mas inferior em

41,7% ao valor de 2004, ano em que esta rubrica de proveitos estava influenciada por um valor de 2,1 milhões de Euros respeitante à anulação de diversas provisões.

O decréscimo das vendas entre 2004 e 2005, tornou-se mais acentuado pelo facto de 2004 ter sido um ano em que o volume de vendas foi anormalmente elevado.

Proveitos	2003	2004	2005	VARIÇÃO 05/04	
				Valor	%
Vendas	131.146	136.464	134.034	(2.430)	(1,8)
Prestações de serviços	2.917	3.092	3.351	259	8,4
Proveitos suplementares	1.864	2.411	1.982	(429)	(17,8)
Trabalhos para a própria empresa	208	95	179	84	88,4
Outros proveitos operacionais	62	204	127	(77)	(37,7)
Proveitos Operacionais	136.197	142.266	139.673	(2.593)	(1,8)

No que respeita às vendas, foi atingido o valor de 134,0 milhões de Euros, o que representa menos 2,4 milhões de Euros que o valor registado no ano anterior. A evolução desfavorável das vendas decorreu directamente de uma redução do volume de água facturado de 2,3% face a 2004, tendo-se atingido 217,6 milhões de m³ em 2005, face a 222,8 milhões de m³ no ano anterior.

A redução do volume das vendas, em 2005, terá ficado a dever-se, essencialmente, ao efeito das campanhas de poupança e de racionalização do uso da água promovidas, num ano em que o País sofreu uma situação de seca. Apesar desta situação, as fontes de abastecimento da EPAL foram suficientes para garantir o abastecimento de água aos consumidores abrangidos pelo Sistema de Abastecimento da EPAL, em quantidade e qualidade.

As prestações de serviços atingiram 3,4 milhões de Euros, evidenciando um crescimento importante da actividade, nomeadamente na realização de novas ligações de ramais.

Os proveitos suplementares com 2,0 milhões de Euros, em 2005, apresentaram um decréscimo de 17,8% (0,4 milhões de Euros) face ao ano anterior, resultante da conclusão, em 2004, de alguns projectos internacionais, que actualmente se encontram em fase de sustentação.

Os custos totais atingiram, em 2005, o valor de 109,9 milhões de Euros, menos 1,8 milhões de Euros que o valor do ano anterior, sendo o valor mais baixo do triénio em análise.

Os custos operacionais atingiram o valor de 104,3 milhões de Euros, menos 1,6% e 0,4%, que 2004 e 2003, respectivamente.

Custos	2003	2004	2005	(10 ³ EUR)	
				VARIAÇÃO 05/04 Valor	%
Custos operacionais	104.750	105.726	104.300	(1.426)	(1,3)
Custos e perdas financeiros	5.075	5.376	5.200	(176)	(3,3)
Custos e perdas extraordinários	410	573	379	(194)	(33,9)
TOTAL	110.235	111.675	109.879	(1.796)	(1,6)

Custos	2003	2004	2005	(10 ³ EUR)	
				VARIAÇÃO 05/04 Valor	%
Custo das matérias consumidas	2.825	2.774	3.103	329	11,9
Fornecimentos e serviços externos	36.096	34.514	34.715	201	0,6
Impostos	639	804	875	71	8,8
Custos com o pessoal	32.317	32.076	32.395	319	1,0
Outros custos operacionais	586	14	23	9	64,3
Amortizações e ajustamentos	28.216	27.292	27.591	299	1,1
Provisões	4.071	8.252	5.598	(2.654)	(32,2)
CUSTOS OPERACIONAIS	104.750	105.726	104.300	(1.426)	(1,3)

(1) As rubricas de "amortizações e ajustamentos" e de "provisões", incluem as alterações introduzidas pelo DL n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro. A rubrica "amortizações e ajustamentos, inclui, para além das amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo, os aumentos de provisões para clientes e de terceiros, anteriormente contabilizados na conta de provisões. Os valores de 2004 e 2003 foram alterados em conformidade, para efeitos de comparação.

O custo das matérias consumidas registou um crescimento de 11,9% face a 2004, tendo atingido o valor de 3,1 milhões de Euros. A diminuição dos níveis das águas na albufeira de Castelo do Bode e no rio Tejo implicou o acréscimo dos custos de tratamento da água, durante os meses de estiagem.

Os fornecimentos e serviços externos, rubrica com maior peso na estrutura de custos (31,6%), atingiram os 34,7 milhões de Euros, apresentando um ligeiro acréscimo de 0,6% face ao ano anterior. Os encargos com a energia, que em 2005 ascenderam a 8,3 milhões de Euros, mais 5,8% (0,5 milhões de Euros) que no ano anterior; foram os

principais responsáveis pelo aumento global dos fornecimentos e serviços externos. Esta situação é justificada não só pelo aumento dos custos unitários da energia, mas também pela necessidade de elevação da água da Albufeira de Castelo do Bode de cotas mais baixas, durante grande parte do ano, em virtude da seca que o País atravessou.

Os custos com pessoal atingiram, em 2005, o valor de 32,4 milhões Euros. As rubricas mais importantes desta natureza de custo são as relativas às remunerações e respectivos encargos sociais, que atingiram 18,8 milhões de Euros e 4,3 milhões de Euros, respectivamente, e os custos com o plano de benefí-



cios de reforma (complementos de reforma e pré-reformas), no valor de 7,1 milhões de Euros. O crescimento salarial, no ano de 2005, ascendeu a 3%, tendo, no entanto, os custos com as remunerações aumentado 1,1%, em resultado do decréscimo do número médio de efectivos ao longo do ano.

As amortizações e ajustamentos, registaram, em 2005, um valor de 27,6 milhões de Euros, representando um acréscimo de 1,1% face a 2004, devido, essencialmente, ao acréscimo das amortizações, em consequência do investimento realizado.

No que respeita às provisões do exercício, o valor contabilizado, de 5,6 milhões de Euros, representa um decréscimo de 32,2% face a 2004. Estas provisões destinam-se, essencialmente, a fazer face a riscos existentes, decorrentes de novos contenciosos e litígios, bem como da evolução ocorrida no exercício relativamente a processos de contencioso já existentes.

Os custos e perdas financeiros, com 5,2 milhões de Euros em 2005, decresceram 3,3% face ao ano anterior. Esta evolução favorável deve-se, essencialmente, à redução dos custos com ajustamentos em participações financeiras, que em 2005 se cifram em 257 mil Euros, contra 434 mil Euros em 2004. Salienta-se ainda a manutenção dos juros dos empréstimos do BEI nos 4,7 milhões de Euros, com um crescimento anual insignificante (0,6%), não obstante a dívida ao BEI ter aumentado, em termos líquidos, 32,2 milhões de Euros. Esta situação só foi possível devido à redução da taxa média de juros dos empréstimos do BEI, na sequência da renegociação de dois empréstimos a taxa fixa.

Dado o nível de alavancagem financeira da Empresa, aquele decréscimo no custo do capital alheio traduz-

-se num efeito imediato positivo ao nível do custo total do capital. No entanto, e analisando prospectivamente, é de relevar o risco associado à exposição a variações nas taxas de juro, bem como o acréscimo do endividamento para fazer face aos investimentos previstos e ainda às necessidades de fundos decorrentes dos reembolsos futuros dos empréstimos, os quais, e na sua maioria, se encontram actualmente em período de carência de capital.

Refira-se também que, no âmbito do financiamento a curto prazo, foi, no início do segundo semestre, renegociado o Programa de Emissões de Papel Comercial da EPAL, com vantagens económicas relevantes face ao anteriormente contratado.

Os proveitos e custos apresentados anteriormente, contribuíram para a obtenção de resultados líquidos, em 2005, no valor de 23,8 milhões de Euros, um dos melhores resultados obtidos pela EPAL ao longo da sua história. O quadro seguinte apresenta a evolução dos resultados ao longo do último triénio.

Os resultados operacionais atingiram o valor de 35,4 milhões de Euros, 3,2% abaixo do valor do ano anterior, em virtude da redução do volume de vendas anteriormente referida.

Os resultados financeiros mantiveram-se sensivelmente iguais ao ano anterior, com um valor negativo de 4,9 milhões de Euros, não obstante se ter verificado no exercício um aumento dos empréstimos líquidos do BEI.

Os resultados extraordinários de 2005 são idênticos aos registados em 2003, no valor de 2,9 milhões de Euros, mas inferiores aos de 2004, devido à redução, neste ano, de diversas provisões.



Resultados	2003	2004	2005	VARIÇÃO 05/04	
				Valor	%
Resultados operacionais	31.447	36.540	35.373	(1.167)	(3,2)
Resultados financeiros	(4.782)	(4.926)	(4.979)	(53)	1,1
Resultados correntes	26.665	31.614	30.394	(1.220)	(3,9)
Resultados extraordinários	2.864	5.051	2.901	(2.150)	(42,6)
Resultados antes de impostos	29.529	36.665	33.295	(3.370)	(9,2)
Imposto sobre o rendimento	9.093	10.641	9.507	(1.134)	(10,7)
Resultado líquido do exercício	20.436	26.024	23.788	(2.236)	(8,6)

Os indicadores de rentabilidade, do activo total, dos capitais próprios e das vendas, atingiram, respectivamente, 3,46%, 6,88% e 17,31%, decrescendo ligeiramente face a 2004, em resultado do efeito conjugado de vários factores, nomeadamente: i) volume de vendas extremamente elevado em 2004, mas de forma não sustentada; ii) as campanhas de poupança e racionalização do uso da água, com repercussão desfavorável nas vendas de água; iii) aumento dos custos variáveis (electricidade e reagentes), em consequência da seca, e iv) uma menor capacidade

de absorção dos custos fixos em virtude da redução da actividade. Não obstante, os indicadores de rentabilidade continuam a evidenciar uma boa rentabilidade económica da Empresa.

Por sua vez, o cash-flow líquido atingiu em 2005 o valor de 56,3 milhões de Euros, sendo que, em condições ideais, conseguiria, de forma quase exclusiva, cobrir o esforço de investimento da Empresa.

Indicadores Económicos	2003	2004	2005	VARIÇÃO 05/04	
				Valor	%
Rendibilidade do Activo Total	3,14	3,85	3,46	(10,2)	
ROE	6,11	7,59	6,88	(9,3)	
Rendibilidade das Vendas e Serviços Prestados	15,24	18,65	17,31	(7,1)	
Cash-Flow Líquido (10 ³ euros)	54.851	60.689	56.344	(7,2)	

Situação Financeira

A EPAL reforçou a sua situação patrimonial no exercício de 2005, tendo o seu Activo Líquido aumentado 12,4 milhões de Euros (1,8%) face ao ano anterior, tendo atingido o valor de 687,8 milhões de Euros.

o que, conjuntamente com o decréscimo verificado ao nível do activo circulante, conduziu a uma variação pouco significativa da Tesouraria Líquida.

O capital próprio teve um incremento de 2,8 milhões de Euros (0,8%) no exercício de 2005,

Balanço	2003	2004	2005	(10 ³ EUR)	
				VARIAÇÃO 05/04 Valor	%
Activo					
Activo Fixo	566.022	599.396	630.308	30.912	5,2
Activo Circulante	66.638	56.602	37.006	(19.596)	(34,6)
Acréscimos e Diferimentos	17.919	19.371	20.472	1.101	5,7
Total	650.579	675.369	687.786	12.417	1,8
Capital Próprio e Passivo					
Capital Próprio	334.548	343.093	345.906	2.813	0,8
Passivo de M/L prazo	150.334	156.812	193.938	37.126	23,7
Passivo de curto prazo	75.048	86.713	63.148	(23.565)	(27,2)
Acréscimos e Diferimentos	90.649	88.751	84.794	(3.957)	(4,5)
Total	650.579	675.369	687.786	12.417	1,8

O activo fixo líquido registou um incremento anual de 30,9 milhões de Euros (5,2%), tendo atingido o valor de 630,3 milhões de Euros no final de 2005. Esta evolução positiva deveu-se, essencialmente, à realização de investimentos corpóreos no valor de 57,3 milhões de Euros e do efeito das amortizações do exercício.

No que respeita ao activo circulante, salienta-se o decréscimo verificado, em 2005, de 19,6 milhões de Euros (34,6%), decorrente, sobretudo, da diminuição das aplicações de tesouraria no final do ano, no valor de 17,6 milhões de Euros, com reflexo no passivo de curto prazo.

O passivo de curto prazo registou, por seu lado, uma diminuição de 23,6 milhões de Euros (27,2%),

tendo atingido o valor de 345,9 milhões de Euros, pondo em evidência a reduzida capitalização dos resultados gerados pela Empresa no exercício de 2004, de 5,1 milhões de Euros (19% do resultado líquido de 2004).

Quanto ao endividamento a médio e longo prazo, verificou-se, em 2005, um aumento de 31,6 milhões de Euros, tendo-se atingido no final do ano o valor de 175,2 milhões de Euros, do qual 145,3 milhões de Euros tem vencimento a mais de cinco anos. O aumento registado no exercício ficou a dever-se, essencialmente, a dois novos desembolsos do BEI, no montante de 37,0 milhões de Euros, no âmbito do Contrato de Financiamento BEI EPAL III.

O quadro seguinte apresenta os indicadores de estrutura financeira verificados no último triénio.

Indicadores Financeiros	2003	2004	2005	VARIAÇÃO 05/04 (%)
Liquidez Geral	0,89	0,65	0,59	(10,2)
Solvabilidade	1,06	1,03	1,01	(2,0)
Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	1,02	0,98	0,99	0,9

Os indicadores de liquidez geral e de solvabilidade evoluíram desfavoravelmente nos últimos anos, tendo registado no final de 2005, respectivamente, os valores de 0,59 e 1,01.

Por seu lado, o indicador de cobertura do imobilizado por capitais permanentes manteve-se ao nível do ano anterior, evidenciando a manutenção de uma estrutura financeira equilibrada, embora a evolução do indicador de solvabilidade tenha vindo a diminuir ao longo do triénio em análise, o que traduz um menor crescimento dos Capitais Próprios quando comparados com o Passivo da Empresa, em virtude da política de distribuição de resultados.

Fundo de Pensões

A 31 de Dezembro de 2005, o valor da carteira do Fundo de Pensões EPAL ascendia a 41,4 milhões

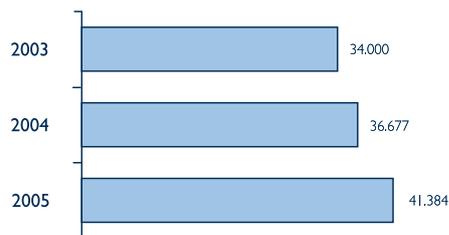
de EUR, registando um acréscimo de 13% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Durante o exercício de 2005 o valor dos complementos de reforma pagos pelo Fundo de Pensões ascendeu a 1,7 milhões de Euros (valor idêntico ao registado em 2004) e as contribuições efectuadas pela EPAL ao Fundo totalizaram 3,6 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 55% face ao ano transacto (2,3 milhões de Euros).

Com efeito, assistiu-se em 2005, a um forte aumento do nível de financiamento das responsabilidades, fruto essencialmente do esforço efectuado pela empresa ao nível das contribuições para o Fundo. No final de 2005, o nível de financiamento, com base nos pressupostos do Fundo Mínimo do Instituto de Seguros de Portugal (Norma 21/96-R) era superior a 100%, encontrando-se deste modo as responsabilidades integralmente financiadas.

Evolução do Fundo de Pensões

10³ Eur





A rentabilidade do Fundo de Pensões atingiu em 2005 os 8,1%, o que se traduz num acréscimo, em termos absolutos, de 1,7 pontos percentuais face a 2004, em que se havia registado uma rentabilidade de 6,4%.

No final de 2005, o valor da participação financeira da EPAL, naquela sociedade era de 4,8 milhões de Euros, o qual se encontrava totalmente provisionado nas contas da EPAL.

Empresas Participadas

A EPAL manteve em 2005 as suas participações financeiras nas sociedades do quadro seguinte:

Clube de Golfe das Amoreiras, SA

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de

EMPRESAS	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO EPAL		MOEDA
		Valor	%	
Prolagos, SA (Brasil)	1 19.658.998	8.974.425	7,5	Reais
Clube de Golfe das Amoreiras, SA	350.000	350.000	100,0	EUR
Shore, Lda	420.000	31.500	7,5	EUR
Ambelis, SA	1.000.000	9.976	1,0	EUR

Prolagos, SA

A Prolagos, no Brasil, continua a ser a participação financeira mais relevante da EPAL, onde detém 7,5% do capital social daquela sociedade, no valor de 9,0 milhões de reais. A EPAL é a operadora técnica da Concessão detida pela Prolagos, para o abastecimento de água e saneamento básico das áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como o fornecimento de água ao Município de Arraial do Cabo. A Águas de Portugal, SGPS, detém directa e indirectamente, através da EBAL - Águas do Brasil, SA, a restante participação financeira da Prolagos (92,5%). Em Agosto de 2005, a Prolagos procedeu a um aumento de capital, no valor de 9.964.500 Reais, tendo a EPAL realizado a sua quota parte naquele aumento de capital, no valor de 747.337,00 Reais.

um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

O estabelecimento para o treino e ensino de golfe não se encontra concluído, por inexistência de licenciamento da Câmara Municipal de Lisboa, para a instalação da rede circundante ao recinto.

Na sequência de uma acção interposta pela Supergolf – Amoreiras contra a EPAL e o Clube de Golfe, foi constituído um Tribunal Arbitral, em 30 de Outubro de 2002, para determinar se assistia ou não àquela sociedade o direito de resolução do contrato-



promessa de cessão de exploração, celebrado entre a EPAL e a Golfconsult, em Dezembro de 1993, e respectivas adendas e aditamentos posteriores.

O Tribunal Arbitral, no final de Novembro de 2004, decidiu julgar aquela acção procedente, encontran-

do-se a correr termos a acção de anulação do respectivo acórdão arbitral.

A Supergolf – Amoreiras, entretanto, veio desencadear a constituição de novo Tribunal Arbitral estando a correr a respectiva tramitação.



10. Perspectivas Futuras

Para 2006, formalizou-se o propósito de gerar e gerir meios e instrumentos capazes de informar e apoiar o desenvolvimento estratégico e sustentado da Empresa nos anos futuros.

Com a conclusão, prevista para finais de Junho, dos estudos de revisão e actualização do Plano Director de Desenvolvimento do Sistema de Produção e Transporte e do Plano Geral da Rede de Distribuição da EPAL, ficarão disponíveis dois instrumentos fundamentais do planeamento a longo prazo, que não deixarão de influenciar e consolidar muito positivamente o planeamento da Empresa para o médio e o curto prazos.

Pretende-se continuar a investir decididamente no desenvolvimento do projecto da Qualidade da Empresa no seu todo, com integração dos sistemas já existentes, designadamente o sistema de gestão ambiental e o de gestão da qualidade de CLD, e com a criação da vertente de higiene e segurança.

O Grupo de Monitorização e Controlo das Perdas e Fugas apresentou, em Janeiro de 2006, um plano detalhado de acções em função das quais se pretende, até 2009, reduzir ou criar condições para

reduzir as perdas da EPAL para volumes semelhantes aos das melhores empresas europeias.

Outro dos objectivos definidos é o de se continuar a investir numa presença reforçada da EPAL junto dos seus clientes, tornando cada vez mais acessível e melhorado o seu atendimento e levando até junto deles os valores defendidos e praticados pela Empresa.

Ao longo do ano, serão desenvolvidas abordagens estratégicas visando a diversificação das fontes de receita, a partir da optimização da exploração de meios e recursos disponíveis e da implementação de novas actividades complementares do core business da EPAL, procurando a maior redução possível dos custos como forma de elevar, ainda mais, a eficácia e eficiência da organização, no sentido de melhor se responder à estabilização/redução dos volumes de vendas, e tentando concretizar a institucionalização da vertente cultural e monumental da Empresa.

E tudo isto num ambiente que se pretende partilhado ao nível dos desafios e responsabilidades, onde cada um dos colaboradores possa dar o melhor de si próprio.



II. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2005, no montante de €23.787.526,20 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e vinte e seis Euros e vinte cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- €2.378.752,62 (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois Euros e sessenta e dois cêntimos) para Reserva Legal;
- €17.840.644,65 (dezassete milhões, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e quatro Euros e sessenta e cinco cêntimos) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- €976.407,00 (novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete Euros) para participação nos Resultados dos Trabalhadores;
- €2.591.721,93 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e um Euros e noventa e três cêntimos) para Resultados Transitados.



12. Considerações Finais

Impõe-se que se registre, com elevado apreço e consideração, os contributos de todos quantos, directa e indirectamente, cruzaram as suas vidas com a vida e actividades da Empresa.

Os trabalhadores da EPAL, pelo esforço desenvolvido na sua realização profissional ao serviço da Empresa.

Os titulares dos órgãos sociais, designadamente os membros do Conselho de Administração que cessaram funções em 2005, o Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho de Impacte Ambiental e os membros da Mesa da Assembleia-Geral.

Os fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços, pela forma como responderam aos desafios lançados e à satisfação das necessidades sentidas.

A Águas de Portugal, SGPS, SA, accionista atento, interessado e disponível.

As entidades bancárias e seguradoras, pela confiança depositada.

Os Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia, bem como os organismos e serviços da Administração Pública, nomeadamente o Instituto Regulador da Água e Resíduos, a Direcção-Geral da Empresa, o Instituto da Água, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e tantos outros.

Os Clientes da EPAL, dos municipais e multimunicipal aos domésticos, dos industriais e comerciais aos de interesse público, pelos seus desejos e expectativas, pela sua confiança e pelo seu relacionamento com a Empresa.

Bem hajam!



João Manuel Lopes Fidalgo
Presidente



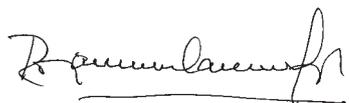
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro
Vogal



José Alfredo Manita Vaz
Vogal



António Bento Franco
Vogal



Rui Manuel de Carvalho Godinho
Vogal





Contas de 2005

Balanço

Unid:Euros

CONTAS POC	ATIVO	Notas	2005		2004	
			ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
	IMOBILIZADO:					
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
433	Propriedade industrial e outros direitos	10	21.300,28	-	21.300,28	21.300,28
			21.300,28	-	21.300,28	21.300,28
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
421	Terrenos e recursos naturais	3a), 10	49.247.566,06	-	49.247.566,06	49.250.225,31
422	Edifícios e outras construções	3a), 10	97.495.049,71	67.830.111,63	29.664.938,08	30.369.937,64
423	Equipamento básico.	3a) 10, 14	831.070.939,99	351.087.984,00	479.982.955,99	459.521.444,78
424	Equipamento de transporte	3a), 10	1.935.911,75	1.921.559,70	14.352,05	17.705,35
425	Ferramentas e utensílios	3a), 10	10.043.221,39	8.181.278,18	1.861.943,21	2.174.417,22
426	Equipamento administrativo.	3a), 10	16.652.936,37	15.712.722,51	940.213,86	1.361.555,41
427	Taras e vasilhame	3a), 10	8.134,40	6.693,79	1.440,61	1.072,26
429	Outras imobilizações corpóreas	3a), 10	10.144.726,14	7.200.679,43	2.944.046,71	3.428.611,83
441/6	Imobilizações em curso	3a), 10	62.801.147,37	-	62.801.147,37	51.198.763,97
448	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	3a), 10	1.706.336,25	-	1.706.336,25	1.884.240,81
			1.081.105.969,43	451.941.029,24	629.164.940,19	599.207.974,58
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
4112	Partes de capital em empresas associadas	3b), 10, 16	265.024,58	-	265.024,58	41.859,91
4113	Partes de capital em empresas participadas	3b), 10, 16	4.831.006,96	4.821.031,00	9.975,96	9.975,96
4114+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	3b), 10, 16, 32	109.172,00	-	109.172,00	114.536,00
			5.205.203,54	4.821.031,00	384.172,54	166.371,87
	CIRCULANTE:					
	EXISTÊNCIAS:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3c), 41	1.248.441,65	-	1.248.441,65	1.136.921,88
			1.248.441,65	-	1.248.441,65	1.136.921,88
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - Médio e longo prazo:					
268	Outros devedores	3d)	738.324,18	-	738.324,18	-
			738.324,18	-	738.324,18	-
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo:					
211	Clientes, c/c	3d)	20.671.179,92	-	20.671.179,92	19.549.264,45
218	Clientes de cobrança duvidosa	3d), 21, 23	2.312.232,08	1.760.123,31	552.108,77	437.216,83
253	Empresas associadas	3d)	1.323.245,78	-	1.323.245,78	1.558.245,78
24	Estado e outros entes públicos	3d), 48	6.077.055,62	-	6.077.055,62	8.054.973,83
262+266/8+221	Outros devedores	3d), 21, 23, 49	1.615.950,04	614.395,16	1.001.554,88	1.240.353,00
			31.999.663,44	2.374.518,47	29.625.144,97	30.840.053,89
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:					
18	Outras aplicações de tesouraria	3e), 53	3.400.000,00	-	3.400.000,00	21.000.000,00
			3.400.000,00	-	3.400.000,00	21.000.000,00
	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:					
12+13+14	Depósitos bancários	53	2.696.208,39	-	2.696.208,39	3.600.868,90
11	Caixa	53	35.567,69	-	35.567,69	24.197,76
			2.731.776,08	-	2.731.776,08	3.625.066,66
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
271	Acréscimos de proveitos	3f), 50	9.553.232,46	-	9.553.232,46	10.016.405,78
272	Custos diferidos	3f), 50	1.266.784,11	-	1.266.784,11	1.054.994,62
2761	Impostos diferidos activos	3h), 6	9.651.826,10	-	9.651.826,10	8.299.733,40
			20.471.842,67	-	20.471.842,67	19.371.133,80
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			451.941.029,24		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS			7.195.549,47		
	TOTAL DO ACTIVO		1.146.922.521,27	459.136.578,71	687.785.942,56	675.368.822,96

O Técnico Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Director Administrativo e Financeiro
Hélder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

CONTAS POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2 0 0 5	2 0 0 4
	CAPITAL PRÓPRIO:			
51	Capital	36, 37, 40	150.000.000,00	150.000.000,00
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(4.063,81)	(4.063,81)
56	Reservas de reavaliação	3j), 39, 40	118.164.897,49	101.339.875,63
	Reservas:			
571	Reservas legais	40	23.213.482,89	20.611.045,26
574	Outras reservas	40	22.171.377,45	22.171.377,45
59	Resultados transitados	40	8.572.937,61	22.950.492,79
	Subtotal	-	322.118.631,63	317.068.727,32
88	Resultado líquido do exercício	40	23.787.526,20	26.024.376,30
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		345.906.157,83	343.093.103,62
	PASSIVO:			
293/8	PROVISÕES	3k), 34	18.729.501,63	13.207.010,09
			18.729.501,63	13.207.010,09
	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
231	Empréstimos bancários	29, 51	175.208.184,68	143.604.884,50
			175.208.184,68	143.604.884,50
	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
231+12	Dívidas a instituições de crédito	29, 51	5.396.699,83	29.775.009,68
221	Fornecedores, c/c	-	19.432.794,74	17.323.996,84
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		241.230,65	250.853,69
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	-	22.504.049,97	24.538.950,35
24	Estado e outros entes públicos	48	3.442.714,64	2.642.014,57
262/5+267/8+211	Outros credores	52	12.130.982,87	12.182.436,93
			63.148.472,70	86.713.262,06
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custos	3f), 3i), 50	25.021.253,72	25.387.562,08
274	Proveitos diferidos.	3f), 3g), 50	49.203.028,05	52.223.254,35
2762	Impostos diferidos passivos	3h), 6	10.569.343,95	11.139.746,26
			84.793.625,72	88.750.562,69
	TOTAL DO PASSIVO		341.879.784,73	332.275.719,34
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		687.785.942,56	675.368.822,96

O Conselho de Administração

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
 Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
 José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
 António Bento Franco, *Vogal*
 Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Unid:Euros

CONTAS POC	CUSTOS E PERDAS	Notas	2 0 0 5	2 0 0 4
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:			
	Matérias	41	3.102.836,34	2.773.867,76
62	Fornecimentos e serviços externos		34.714.940,12	34.514.133,83
64	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações		19.356.650,17	19.154.593,80
	Encargos sociais:			
643+644	Pensões		3.559.716,75	2.295.933,80
645/8	Outros		9.478.356,94	10.625.524,51
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	27.189.402,45	26.960.919,50
666+667	Ajustamentos	21	402.520,22	331.112,88
67	Provisões	34	5.598.131,92	8.251.756,01
63	Impostos		874.611,12	804.365,24
65	Outros custos e perdas operacionais		22.816,99	13.953,68
		(A)	104.299.983,02	105.726.161,01
68	Juros e custos similares	3m), 45	5.199.755,46	5.376.243,88
		(C)	109.499.738,48	111.102.404,89
69	Custos e perdas extraordinários	46	379.059,02	572.893,06
		(E)	109.878.797,50	111.675.297,95
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	3h), 6	9.507.905,60	10.640.410,89
		(G)	119.386.703,10	122.315.708,84
88	Resultado líquido do exercício		23.787.526,20	26.024.376,30
			143.174.229,30	148.340.085,14
PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas:			
	Produtos	3l), 44	134.033.956,55	136.463.854,87
72	Prestações de serviços	44	3.351.335,61	3.091.780,71
75	Trabalhos para a própria empresa		179.343,23	95.719,70
73	Proveitos suplementares		1.981.572,86	2.410.805,07
74	Subsídios à exploração		3.281,12	-
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	21	123.994,58	203.749,56
		(B)	139.673.483,95	142.265.909,91
78	Juros e proveitos similares	45	220.264,18	450.107,34
		(D)	139.893.748,13	142.716.017,25
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	3.280.481,17	5.624.067,89
		(F)	143.174.229,30	148.340.085,14
RESUMO:			2 0 0 5	2 0 0 4
	Resultados operacionais :	(B) - (A) =	35.373.500,93	36.539.748,90
	Resultados financeiros :	(D - B) - (C - A) =	(4.979.491,28)	(4.926.136,54)
	Resultados correntes :	(D) - (C) =	30.394.009,65	31.613.612,36
	Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	33.295.431,80	36.664.787,19
	Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	23.787.526,20	26.024.376,30

O Técnico Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Director Administrativo e Financeiro
Hélder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos Resultados por Funções

Unid:Euros

RUBRICAS	NOTAS	2005		2004	
		VALOR	%	VALOR	%
Vendas e prestações de serviços	44	137.385.292,16	100,00	139.555.635,58	100,00
Custo das vendas e prestações de serviços	54	(34.537.912,69)	-25,14	(32.457.337,29)	-23,26
Resultados brutos		102.847.379,47	74,86	107.098.298,29	76,74
Outros proveitos e ganhos operacionais	54	2.731.774,37	1,99	5.559.068,74	3,98
Custos de distribuição	54	(29.225.097,12)	-21,27	(29.900.764,34)	-21,43
Custos administrativos	54	(28.723.830,32)	-20,91	(28.278.136,31)	-20,26
Outros custos e perdas operacionais	54	(9.184.734,95)	-6,69	(12.567.956,22)	-9,01
Resultados operacionais		38.445.491,45	27,98	41.910.510,16	30,03
Custo líquido de financiamento		(4.901.079,39)	-3,57	(4.855.038,76)	-3,48
Ganhos (perdas) em filiais associadas	10 e 45	(26.835,33)	-0,02	(44.457,54)	-0,03
Ganhos (perdas) em outros investimentos	10, 36 e 34	(257.374,22)	-0,19	(433.672,51)	-0,31
Resultados correntes		33.260.202,51	24,21	36.577.341,35	26,21
Impostos sobre os resultados correntes	6, 54	(9.472.676,31)	-6,89	(10.552.965,05)	-7,56
Resultados correntes após impostos		23.787.526,20	17,31	26.024.376,30	18,65
Resultados líquidos		23.787.526,20	17,31	26.024.376,30	18,65
Resultados por acção		0,79		0,87	

O Técnico Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Director Administrativo e Financeiro
Hélder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unid:Euros

Rúbrica	Notas	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		163.113.268,00	166.828.646,49
Pagamentos a fornecedores		(35.612.176,64)	(38.180.755,49)
Pagamentos ao Pessoal		(34.672.064,61)	(31.624.310,54)
Fluxo gerado pelas operações		92.829.026,75	97.023.580,46
(Pagamento) recebimento de imposto sobre o rendimento		(10.578.126,93)	(16.039.235,28)
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional		(24.275.952,32)	(32.338.899,84)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(34.854.079,25)	(48.378.135,12)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		168.467,67	332.849,62
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(355.557,55)	(346.122,36)
		(187.089,88)	(13.272,74)
Fluxos das actividades operacionais		57.787.857,62	48.632.172,60
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		6.066,51	19.232,64
Imobilizações corpóreas		30.869,51	149.146,55
Juros e proveitos similares		220.218,55	345.536,05
		257.154,57	513.915,24
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(272.374,22)	(433.672,51)
Imobilizações corpóreas		(59.027.018,91)	(42.653.020,35)
		(59.299.393,13)	(43.086.692,86)
Fluxo das actividades de investimento		(59.042.238,56)	(42.572.777,62)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	51	103.000.000,00	30.000.000,00
		103.000.000,00	30.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	51	(95.775.009,67)	(29.076.942,68)
Juros e custos similares		(4.945.617,75)	(4.908.034,42)
Dividendos	40	(19.518.282,22)	(16.348.412,38)
		(120.238.909,64)	(50.333.389,48)
Fluxo das actividades de financiamento		(17.238.909,64)	(20.333.389,48)
Variações de caixa e seus equivalentes		(18.493.290,58)	(14.273.994,50)
Caixa e seus equivalentes no início do período	53	24.625.066,66	38.899.061,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	53	6.131.776,08	24.625.066,66

O Técnico Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Director Administrativo e Financeiro
Hélder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em EUROS)

Nota Introdutória

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. ("EPAL" ou "Empresa").

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

A EPAL efectua a distribuição domiciliária, em regime de exclusivo, no Município de Lisboa e procede ainda ao abastecimento de outros municípios que, por sua vez, fazem a respectiva distribuição domiciliária.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral da Empresa. O tarifário de 2005 foi aprovado pela Convenção celebrada em 20 de Junho de 2005, tendo entrado em vigor em 1 de Julho de 2005.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra omitida neste ABDR não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

2. Comparabilidade

As quantias relativas ao exercício de 2004 (comparativo), incluídas nas Demonstrações Financeiras anexas, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto - Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro. Por essa razão, algumas dessas quantias não são directamente comparáveis com as quantias apresentadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

As Demonstrações Financeiras e respectivas rubricas cujo conteúdo não é directamente comparável com o do ano anterior, são as que se seguem:

Demonstração dos Resultados por Naturezas					
Comparativo nas Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2005			Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2004		
a)	666+667	Ajustamentos			
			331.112,88		
	67	Provisões	8.251.756,01	67	Provisões
					8.582.868,89
			8.582.868,89		8.582.868,89
b)	77	Reversões de amortiz. e ajustamentos	203.749,56		
	79	Proveitos e ganhos extraordinários	5.624.067,89	79	Proveitos e ganhos extraordinários
					5.827.817,45
			5.827.817,45		5.827.817,45

a) Em 31 de Dezembro de 2004, os reforços de ajustamentos e provisões do exercício, registados na rubrica "67 Provisões do Exercício", ascenderam a 8.582.868,89 Euros, dos quais (i) 331.112,88 Euros dizem respeito a reforços de ajustamentos para dívidas a receber de clientes e outros devedores e (ii) 8.251.756,01 Euros respeitavam a reforços de provisões para riscos e encargos (valores conforme Nota 34 do ABDR do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004).

Em conformidade com o Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, o montante respeitante a reforços de ajustamentos, de 331.112,88 Euros, foi reclassificado para a rubrica "666 Ajustamentos de dívidas a receber".

b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica "79 Proveitos e ganhos extraordinários" com um total de 5.827.817,45 Euros, incluía reduções de ajustamentos e provisões no montante de 2.149.267,26 Euros (Nota 46 da ABDR do Exercício de 2004) que dizem respeito a (i) reversões de ajustamentos, no valor de 203.749,56 Euros e (ii) reduções de provisões, no valor de 1.945.517,70 Euros.

Em conformidade com o acima referido Decreto-Lei, o valor das reversões de ajustamentos, de 203.749,56 Euros, foi reclassificado para a rubrica "77 Reversões de amortizações e ajustamentos".

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pelas diversas reavaliações efectuadas), no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado de acordo com as disposições legais (Notas 12, 13 e 39).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e de acordo com o período estimado de vida útil dos bens a que dizem respeito.

As taxas utilizadas correspondem de um modo geral às taxas máximas fiscalmente permitidas e são as que se seguem:

	Intervalos de taxas de amortização
Edifícios e outras construções	2 % - 10 %
Equipamento básico	2 % - 25 %
Equipamento de transporte	6,2 % - 25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	10 % - 25 %
Taras e vasilhame	14,28 %
Outras imobilizações corpóreas	6,66 % - 12,5 %

Os adutores, contabilisticamente relevados na rubrica "Equipamento Básico", são amortizados à taxa de 2%, uma vez que se estima em 50 anos o período de vida útil desses bens. Refere-se ainda, que a utilização da referida taxa de amortização foi expressamente autorizada pela DGCI, para efeitos fiscais.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente registadas pelo custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do exercício, e por outras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos (Notas 10, 16 e 45).

Os restantes investimentos e participações financeiras, encontram-se registados ao preço de aquisição, deduzido de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização (Notas 10, 16 e 45).

c) Existências

A rubrica de "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" refere-se a existências que se destinam ao processo produtivo da EPAL e inclui essencialmente (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil (Nota 41).

Essas existências encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição e quando o seu valor de mercado é inferior ao respectivo valor de balanço, são registados ajustamentos pela diferença.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros encontram-se reconhecidas ao seu valor nominal, excepto quando o seu recebimento se encontra diferido por prazos superiores a um ano, caso em que são reconhecidas pelo valor actual dos seus *cash-flows* futuros.

Os ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa são calculados com base na avaliação económica específica das perdas, totais ou parciais, estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores e tendo em consideração a existência de garantias reais ou de outra natureza (Nota 21).

e) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são valorizados ao mais baixo entre custo de aquisição ou valor de mercado.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

g) Subsídios recebidos para investimento

Os subsídios recebidos destinados a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos são, no momento da sua atribuição, registados na rubrica "Proveitos diferidos" (Nota 50).

Anualmente, à medida e na mesma proporção que os bens subsidiados são amortizados, é reconhecida na rubrica "Resultados extraordinários" a parcela do proveito a reconhecer no exercício (Nota 46).

h) Imposto sobre o rendimento

A Empresa tem por política contabilística reconhecer os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, de acordo com o disposto no *International Financial Standard* ("IAS") n.º 12 e na Directriz Contabilística ("DC") n.º 28 (Nota 6).

Em conformidade com as regras dispostas pelo referido normativo, a Empresa reconhece os impostos diferidos de acordo com o método do passivo, segundo o qual são mensurados a partir das diferenças temporárias entre as bases contabilística e fiscal, valorizados às taxas de imposto que se esperam vigorar na data da reversão dessas diferenças, actualizados em função de alterações nas leis fiscais e registados em rubricas de acréscimos e diferimentos.

De acordo com o mesmo método, o montante de imposto sobre o rendimento do exercício com impacto em resultados do ano inclui (i) o imposto corrente e (ii) os impostos diferidos. O imposto corrente correspondente à estimativa de imposto a pagar no exercício e os impostos diferidos correspondem ao efeito fiscal de (i) proveitos e custos contabilísticos do exercício com efeitos fiscais em exercícios diferentes, (ii) prejuízos fiscais reportáveis, (iii) alteração das taxas de tributação, (iv) alteração de outros aspectos de legislação fiscal, (v) reapreciação da reversibilidade e recuperabilidade dos activos por impostos diferidos e (vi) reversão de impostos diferidos previamente reconhecidos em resultados.

Os movimentos anuais nos saldos de activos e passivos por impostos diferidos têm por contrapartida as mesmas rubricas onde as operações que lhes deram origem foram registadas.

Os activos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando existe razoável expectativa de que, na data da sua reversão, podem vir a ser absorvidos por lucros tributáveis e compensados pela reversão de passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias originadas pela aplicação do método da equivalência patrimonial apenas são registados quando é provável que a reversão das diferenças ocorra num futuro previsível.

A Empresa não efectua compensações entre activos e passivos por impostos diferidos, nem regista diferenças temporárias resultantes do reconhecimento inicial de activos ou passivos cujas transacções não afectaram inicialmente, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

i) Benefícios de reforma

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente

o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice e invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação da pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do plano de benefícios em vigor foram avaliadas por profissionais independentes qualificados, sendo os respectivos custos reconhecidos em conformidade com o IAS 19 (Notas 31 e 50).

j) Reservas de reavaliação

Os montantes incluídos na rubrica "Reservas de Reavaliação" são inicialmente registados pelo acréscimo líquido de imobilizado decorrente das reavaliações efectuadas de acordo com a legislação aplicável (Nota 12) e anualmente transferidos para a rubrica "Resultados transitados", na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos (Notas 13, 39 e 40).

k) Provisões

São constituídas provisões sempre que à data do Balanço existam obrigações, conhecidas ou prováveis, decorrentes de acontecimentos passados, relativamente às quais (i) seja provável que a sua liquidação só ocorra mediante o exfluxo de recursos e (ii) seja possível estimar com fiabilidade o valor dos mesmos exfluxos (Nota 34).

Quando para tais obrigações seja possível, mas não provável, a necessidade de exfluxo de recursos para a sua liquidação ou não seja possível obter uma estimativa fiável do exfluxos necessários, a Empresa não constitui provisões, mas releva tais obrigações como passivos contingentes nas notas do anexo.

l) Vendas

A Empresa regista os proveitos relativos a venda de água de acordo com as regras estabelecidas pela Directriz Contabilística nº 26 para a mensuração e reconhecimento do rédito.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

Ao longo do ano, os proveitos relativos à venda de água são reconhecidos à medida em que são facturados. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, o valor estimado dos consumos por ler e facturar é reconhecido como proveito do exercício, por contrapartida da rubrica "Acréscimos de Proveitos". (Nota 50).

m) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relativos aos empréstimos contraídos para financiar imobilizações são registados como custos no exercício em que ocorrem (Nota 45).

6. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada até ao máximo de 10% pela Derrama, conduzindo a uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Tendo as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios económicos até 2002 (inclusive) já sido objecto de revisão e correcção, poderão ser ainda sujeitas a inspecção as declarações de 2003, 2004 e 2005. O Conselho de Administração da Empresa considera que eventuais correcções resultantes de inspecções àquelas declarações por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos ajustados em conformidade com a legislação fiscal (imposto corrente). São igualmente reconhecidos os efeitos das diferenças temporais entre bases contabilística e fiscal subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço (imposto diferido).

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos das rubricas de activos e passivos por impostos diferidos, e respectivas contrapartidas, têm a seguinte composição:

	Acréscimos e diferimentos		Capitais próprios		
	Activos	Passivos	Resultado do exercício	Resultados Transitados	Reservas de reavaliação (Nota 39)
Activos por impostos diferidos:					
Provisões não aceites e acima dos limites fiscais	9.087.834,31		1.375.197,67	7.712.636,64	-
Reposição de proveitos tributados	563.991,79		(23.104,97)	587.096,76	-
	(1) 9.651.826,10		1.352.092,70	8.299.733,40	-
Passivos por impostos diferidos:					
Reavaliação de activos imobilizados		10.513.302,15	(569.061,18)	569.061,18	10.513.302,15
Valor líquido das mais valias reinvestidas		56.041,80	(1.341,13)	57.382,93	-
	(2)	10.569.343,95	(570.402,31)	626.444,11	10.513.302,15
Saldo no final do ano	(1)-(2) 9.651.826,10	10.569.343,95	1.922.495,01	7.673.289,29	(10.513.302,15)

Para a mensuração dos saldos finais de activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2005, foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2006, aprovado em Conselho de Ministros em 13 de Outubro de 2005, e que corresponde a uma taxa de IRC de 25% incrementada em 10% pela Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

O movimento ocorrido nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos durante o exercício de 2005, foi como segue:

					Impacto do movimento em capitais próprios (Nota 39 e 40)			
	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Alteração da taxa	Saldo Final	Resultado do exercício	Resultados transitados	Reservas de reavaliação
Activos por impostos diferidos:								
Provisões não aceites e acima dos limites fiscais	7.712.636,64	2.552.666,70	(1.177.469,03)	-	9.087.834,31	1.375.197,67	-	-
Reposição de proveitos tributados	587.096,76	-	(23.104,97)	-	563.991,79	(23.104,97)	-	-
(1)	8.299.733,40	2.552.666,70	(1.200.574,00)	-	9.651.826,10	1.352.092,70	-	-
Passivos por impostos diferidos:								
Reavaliação de activos imobilizados	11.082.363,33	-	(569.061,18)	-	10.513.302,15	(569.061,18)	569.061,18	(569.061,18)
Valor líquido das mais valias reinvestidas	57.382,93	-	(1.341,13)	-	56.041,80	(1.341,13)	-	-
(2)	11.139.746,26	-	(570.402,31)	-	10.569.343,95	(570.402,31)	569.061,18	(569.061,18)
(1) - (2)	(2.840.012,86)	2.552.666,70	(630.171,69)	-	(917.517,85)	1.922.495,01	(569.061,18)	569.061,18

O imposto total do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 totaliza 9.507.905,60 Euros e tem a seguinte composição:

	Total	Resultado do exercício	Resultados transitados	Reservas de reavaliação
Imposto corrente	(11.430.400,61)	(11.430.400,61)	-	-
Imposto diferido	1.922.495,01	1.922.495,01	(569.061,18)	569.061,18
Provisão para impostos	-	-	-	-
Imposto do exercício	(9.507.905,60)	(9.507.905,60)	(569.061,18)	569.061,18

A reconciliação da taxa nominal de imposto com a taxa efectiva do exercício de 2005, é como segue:

		Resultado do exercício
1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos		33.295.431,80
2. Taxa nominal de imposto (inclui derrama à taxa de 10%)		27,50%
3. Imposto esperado para o exercício	[-] custo (+) proveito	3 = 1 x 2 (9.156.243,75)
4. Efeito fiscal das diferenças permanentes (com derrama à taxa de 10%)		(245.283,22)
5. Tributações autónomas		(121.820,47)
6. Efeito do diferencial na taxa da derrama (a)		15.441,84
7. Imposto do exercício	[-] custo (+) proveito	(9.507.905,60)
8. Taxa efectiva de imposto		8 = 7 / 1 28,56%
(a) Derrama efectivamente considerada no cálculo da estimativa de IRC = colecta x 9,85%		(1.014.014,70)
Derrama implícita no imposto esperado (linha 3.) = colecta x 10%		(1.029.456,54)
Efeito do diferencial na taxa de derrama		15.441,84

7. Número Médio de Trabalhadores

O número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro, assim como o número médio, são como se segue:

	2005	2004
Órgãos Sociais	4	4
Trabalhadores Efectivos	803	804
Trabalhadores Eventuais	8	2
Total	815	810
Média mensal	818	843

10. Movimentos Ocorridos nas Rubricas do Activo Imobilizado e Respectivas Amortizações e Ajustamentos

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos durante o exercício de 2005, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	Saldo inicial	Adições	Alienações	Abates	Transferências	Equiv. Patrim.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Propriedade industrial e outros direitos	21.300,28	-	-	-	-	-	21.300,28
	21.300,28	-	-	-	-	-	21.300,28
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	49.250.225,31	-	(2.659,25)	-	-	-	49.247.566,06
Edifícios e outras construções	95.234.929,80	6.150,00	-	-	2.253.969,91	-	97.495.049,71
Equipamento básico	824.267.671,14	345.891,66	-	(35.860.953,36)	42.318.330,55	-	831.070.939,99
Equipamento de transporte	2.165.826,47	7.861,31	(222.139,72)	(15.636,31)	-	-	1.935.911,75
Ferramentas e utensílios	9.769.338,81	331.978,20	-	(58.095,62)	-	-	10.043.221,39
Equipamento administrativo	16.497.185,02	138.184,92	(53.065,30)	(44.126,07)	114.757,80	-	16.652.936,37
Taras e vasilhame	7.194,40	940,00	-	-	-	-	8.134,40
Outras imobilizações corpóreas	9.915.807,57	15.118,22	-	-	213.800,35	-	10.144.726,14
Imobilizações em curso	51.198.763,97	54.625.337,45	-	-	(43.022.954,05)	-	62.801.147,37
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.884.240,81	1.700.000,00	-	-	(1.877.904,56)	-	1.706.336,25
	1.060.191.183,30	57.171.461,76	(277.864,27)	(35.978.811,36)	0,00	-	1.081.105.969,43
Investimentos financeiros (Nota 16):							
Partes capital em empresas associadas	41.859,91	250.000,00	-	-	-	(26.835,33)	265.024,58
Partes capital em empresas participadas	4.573.632,74	257.374,22	-	-	-	-	4.831.006,96
Títulos e outras aplicações financeiras	114.536,00	-	(5.364,00)	-	-	-	109.172,00
	4.730.028,65	507.374,22	(5.364,00)	-	-	(26.835,33)	5.205.203,54

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E AJUSTAMENTOS	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	64.864.992,16	2.965.119,47	-	-	67.830.111,63
Equipamento básico	364.746.226,36	22.202.351,37	-	(35.860.593,73)	351.087.984,00
Equipamento de transporte	2.148.121,12	11.214,61	(222.139,72)	(15.636,31)	1.921.559,70
Ferramentas e utensílios	7.594.921,59	644.452,21	-	(58.095,62)	8.181.278,18
Equipamento administrativo	15.135.629,61	652.209,45	(31.839,18)	(43.277,37)	15.712.722,51
Taras e vasilhame	6.122,14	571,65	-	-	6.693,79
Outras imobilizações corpóreas	6.487.195,74	713.483,69	-	-	7.200.679,43
	460.983.208,72	27.189.402,45	(253.978,90)	(35.977.603,03)	451.941.029,24
Investimentos financeiros (Nota 16):					
Partes capital em empresas participadas	4.563.656,78	257.374,22	-	-	4.821.031,00
	4.563.656,78	257.374,22	-	-	4.821.031,00

VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	Saldo inicial	Saldo final
Imobilizações incorpóreas	21.300,28	21.300,28
Imobilizações corpóreas	599.207.974,58	629.164.940,19
Investimentos financeiros	166.371,87	384.172,54
	599.395.646,63	629.570.413,01

O valor de 21.300,28 Euros inscrito na rubrica "Imobilizações incorpóreas" respeita a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL. Por se tratar de um direito sobre uma parcela de um terreno, o mesmo não é sujeito a amortização.

Relativamente à rubrica "Equipamento básico", esta inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e electricidade, obras hidráulicas e contadores (Nota 14).

No que respeita às imobilizações em curso, dizem respeito, na sua maioria, às obras destinadas à Ampliação do Sistema de Castelo de Bode.

Durante o exercício de 2005 foi efectuada uma inventariação das condutas adutoras e rede de distribuição que compõem o Sistema de Abastecimento de Água a Lisboa. A mesma inventariação resultou no abate contabilístico de bens com valor bruto de 35.804.628,18 Euros.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de investimentos financeiros referem-se a:

- a) Realização de prestações acessórias à participada Clube de Golfe das Amoreiras, SA, no valor de 250.000,00 Euros;
- b) Subscrição e realização de parte do aumento de capital na participada Prolagos, no valor de 257.374,22 Euros, que foi integralmente provisionado durante o exercício (Nota 45).
- c) Alienação de Obrigações do Tesouro, no montante de 5.364,00 Euros;
- d) Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre a participação no Clube Golfe das Amoreiras, SA., no valor de 26.835,33 Euros (Notas 16 e 45).

12. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas (Legislação)

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas, em anos anteriores, ao abrigo, dos seguintes diplomas legais, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

13. Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2005, líquidos de amortizações acumuladas, é o que segue:

	Custos históricos a)	Reavaliações a) b) (Nota 39)	Valores Reavaliados a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	12.575.508,18	33.102.725,56	45.678.233,74
Edifícios e outras construções	9.236.620,57	5.867.459,61	15.104.080,18
Equipamento básico	117.417.948,09	89.706.209,56	207.124.157,65
Outras imobilizações corpóreas	10.603,23	1.804,91	12.408,14
	<u>139.240.680,07</u>	<u>128.678.199,64</u>	<u>267.918.879,71</u>

a) Líquidos de amortizações b) Englobam as sucessivas reavaliações

14. Imobilizações em Poder de Terceiros e Outras

No final do exercício de 2005, a rubrica “Equipamento básico”, incluía imobilizações em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição, no montante 10.252.336,92 Euros (Nota 10).

Todo o imobilizado da EPAL está afecto à sua única actividade, o abastecimento de água (produção e distribuição).

16. Participações em Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

As participações de capital em empresas do grupo, associadas e participadas, em 31 de Dezembro de 2005, eram como segue:

Firma e sede	Resultado Líquido 2005	Capitais Próprios 2005	Percentagem Participação	Valor balanço (Nota 10)	Ajustamentos (Nota 10)	Valor líquido (Nota 10)
Partes de capital em empresas associadas:						
Clube Golfe das Amoreiras, S.A. Av. da Liberdade, 24 1250-144 Lisboa	(26.835,33)	265.024,58	100%	<u>265.024,58</u>	-	<u>265.024,58</u>
Partes de capital em empresas participadas:						
PROLAGOS Rua Teixeira e Souza, Nº501 - Cobertura Cabo Frio, Rio de Janeiro	(3.412.745,11) a)	16.551.966,94 a)	7,5%	4.789.530,99	4.789.530,99	-
SHORE Madeira			7,5%	31.500,01	31.500,01	-
AMBELIS Av. Fontes Pereira de Melo, 51A - 5º E 1050-120 Lisboa			1%	9.975,96	-	9.975,96
				<u>4.831.006,96</u>	<u>4.821.031,00</u>	<u>9.975,96</u>
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 32)				<u>109.172,00</u>	-	<u>109.172,00</u>
				<u>5.205.203,54</u>	<u>4.821.031,00</u>	<u>384.172,54</u>

a) Valores referentes a 31 de Dezembro de 2004

As Demonstrações Financeiras da EPAL são incluídas nas contas consolidadas da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (Lisboa).

21. Ajustamentos

	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Dívidas de terceiros				
Clientes de cobrança duvidosa (Nota 23)	1.510.012,28	369.669,66	(119.558,63)	1.760.123,31
Outros devedores (Notas 23 e 49)	585.980,55	32.850,56	(4.435,95)	614.395,16
	<u>2.095.992,83</u>	<u>402.520,22</u>	<u>(123.994,58)</u>	<u>2.374.518,47</u>

O reforço verificado no exercício decorre de uma avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade das contas a receber de Clientes e outros devedores.

Relativamente às reversões resultam essencialmente da recuperação de créditos anteriormente provisionados.

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam dívidas de Clientes e outros devedores classificadas de cobrança duvidosa nos montantes de, respectivamente, 2.312.232,08 e 614.395,16 Euros, como se evidencia a seguir:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Clientes de cobrança duvidosa	1.947.229,11	502.470,11	(137.467,14)	2.312.232,08
Outros devedores de cobrança duvidosa (Notas 21 e 49)	585.980,55	32.850,56	(4.435,95)	614.395,16
	<u>2.533.209,66</u>	<u>535.320,67</u>	<u>(141.903,09)</u>	<u>2.926.627,24</u>

Relativamente ao saldo de Clientes de cobrança duvidosa, no valor de 2.312.232,08 Euros, é composto por 1.760.123,31 Euros, cujo risco de incobrabilidade pertence à Empresa e se encontra integralmente provisionado (Nota 21) e por 552.108,77 Euros referentes a tarifa de saneamento e adicional, cujo risco é da responsabilidade de terceiros.

25. Dívidas Activas e Passivas Respeitantes ao Pessoal da Empresa

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com pessoal da Empresa eram como segue:

	2005		2004	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Adiantamentos ao pessoal	40.105,10	-	27.023,18	-
Outras operações com pessoal	24.623,43	4.002,30	25.823,82	4.554,19
(Notas 49 e 52)	<u>64.728,53</u>	<u>4.002,30</u>	<u>52.847,00</u>	<u>4.554,19</u>

29. Dívidas a Terceiros a Mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas a terceiros exigíveis a mais de cinco anos diziam inteiramente respeito a empréstimos bancários concedidos pelo Banco Europeu de Investimento ("BEI") e ascendiam a 145.344.536,01 Euros, como se demonstra a seguir:

Empréstimos B.E.I.	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Vencimento até 1 ano	5.396.699,83	-	5.396.699,83
Vencimento entre 1 a 2 anos	-	6.018.389,97	6.018.389,97
Vencimento entre 2 a 5 anos	-	23.845.258,70	23.845.258,70
Vencimento mais de 5 anos	-	145.344.536,01	145.344.536,01
	5.396.699,83	175.208.184,68	180.604.884,51

Estes empréstimos e respectivos juros, estão cobertos por garantias bancárias, no valor de 28.270.431,58 Euros (Nota 32).

31. Compromissos Financeiros que não Figuram no Balanço

a) Benefícios de reforma

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em Novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas directamente pela Empresa.

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos activos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da Empresa em acréscimos de custos.

Com referência a 31 de Dezembro as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de benefícios sociais eram as seguintes:

Varição nas Responsabilidades	2005	2004
Responsabilidades do início do período	89.752.258,00	85.635.000,00
Custo dos serviços correntes	2.003.446,42	1.895.280,71
Custo dos juros	4.510.919,38	4.307.973,23
(Ganhos) / Perdas actuariais	5.099.029,72	3.416.118,41
Benefícios pagos	(5.890.205,52)	(5.502.114,35)
Responsabilidades no fim do período	95.475.448,00	89.752.258,00

As responsabilidades indicadas no quadro acima foram calculadas com base nos seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	2005	2004
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de desconto	4.75%	5.20%
Taxa anual de rendimento do Fundo	4.75%	5.20%

Em 2005 a EPAL reduziu em 45 *basis points* a taxa de desconto utilizada para o cálculo das responsabilidades, em cumprimento do disposto nos normativos contabilísticos aplicáveis – IAS 19.

A evolução dos activos do Fundo foi a seguinte:

Fundo de Pensões	2005	2004
Valor no início do período	36.676.983,00	34.000.254,00
Retorno efectivo	2.866.892,27	2.076.729,00
Contribuição da Epal	3.559.716,75	2.295.933,80
Benefícios pagos	(1.719.716,75)	(1.695.933,80)
Valor no fim do período	41.383.875,27	36.676.983,00

Em complemento aos activos do Fundo, a 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tem registada no passivo, em acréscimos de custos (Nota 50), uma provisão no montante de 18,484 milhões EUR.

A situação global pode ser resumida no quadro seguinte:

	2005	2004
Responsabilidades no fim do período	95.475.448,00	89.752.258,00
Valor dos activos no fim do período	41.383.875,27	36.676.983,00
Acréscimos de Custos	18.484.000,00	19.158.000,00
Perdas actuárias diferidas	35.607.572,73	33.917.275,00
<i>Prior Service Cost *</i>	<i>11.887.000,00</i>	<i>13.443.000,00</i>
<i>Perdas enquadráveis no Limite 10% - corredor</i>	<i>9.547.544,80</i>	<i>8.975.225,80</i>
<i>Perdas em excesso ao corredor *</i>	<i>14.173.027,93</i>	<i>11.499.049,20</i>

* Amortizáveis no tempo de serviço médio futuro da população activa, de acordo com o previsto nos normativos contabilísticos internacionais.

b) Investimento contratado

Investimentos contratados	Valor total contratado	Facturado 2005	A facturar em 2006 e seguintes
Construção civil	72.875.716,55	43.922.640,29	28.953.076,26
Equipamento	21.001.381,25	7.241.753,57	13.759.627,68
Instalações eléctricas	1.278.892,17	793.310,97	485.581,20
Fiscalização	775.503,23	649.631,41	125.871,82
Terrenos	323.526,66	303.238,06	20.288,60
Estudos e projectos	1.931.998,72	981.920,32	950.078,40
Investimentos diversos	1.903.701,49	1.430.709,34	472.992,15
Gestão de Qualidade	62.344,00	62.344,00	-
Garantia de Qualidade	277.004,11	273.126,11	3.878,00
Telegestão	704.901,89	616.836,54	88.065,35
Contadores	292.322,75	250.181,75	42.141,00
Bens móveis	913.693,97	846.783,74	66.910,23
	102.340.986,79	57.372.476,10	44.968.510,69

c) Contratos de aluguer de viaturas e de equipamento informático

Existem compromissos financeiros respeitantes a contratos de aluguer de (i) viaturas em regime de aluguer operacional, no montante de 3.178.324,44 Euros e (ii) de equipamento informático, no valor de 1.499.567,88 Euros.

32. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2005	2004
Banco Europeu de Investimento (Nota 29)	28.270.431,58	27.857.499,96
Câmaras Municipais	12.275.078,84	6.065.338,89
Tribunais	6.308.616,98	3.042.903,90
Outros	542,56	3.527,25
	46.854.669,96	36.969.270,00

Existem ainda as seguintes garantias prestadas, registadas na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras” (Notas 10 e 16):

	2005	2004
Valores à ordem dos tribunais	89.415,13	89.415,13
OT'S	18.428,45	23.792,45
FIP'S	1.328,42	1.328,42
	109.172,00	114.536,00

As obrigações FIP estão afectas à prestação de garantias para indemnizações por acidentes de trabalho.

34. Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, verificaram-se as seguintes alterações nas rubricas de provisões:

	Saldo Inicial	Reforços	Reduções	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	6.814.428,14	373.131,92	(34.669,23)	7.152.890,83
Provisões para acidentes de trabalho	316.836,17	-	(40.971,15)	275.865,02
Outras provisões	6.075.745,78	5.225.000,00	-	11.300.745,78
	13.207.010,09	5.598.131,92	(75.640,38)	18.729.501,63

O montante reflectido na coluna “Reforços”, no total de 5.598.131,92 Euros resulta (i) do surgimento durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 de riscos com prováveis obrigações, com e sem acção judicial, e (ii) da evolução negativa de riscos conhecidos e provisionados em anos anteriores.

O valor total da coluna “Reduções”, de 75.640,38 Euros, engloba 34.669,23 Euros registados na rubrica “Proveitos Extraordinários” (Nota 46) e 40.971,15 Euros registados na rubrica “Custos com Pessoal”.

A Empresa fez uma revisão cuidadosa e completa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, a Empresa considera que o montante reflectido na rubrica "Provisões", que em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a 18.729.501,63 Euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa, no valor de 150.000.000,00 Euros, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 30.000.000 acções com o valor nominal de 5,00 Euros cada.

37. Identificação de Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital

À data de 31 de Dezembro de 2005, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

39. Variação das Reservas de Reavaliação no Exercício

A variação ocorrida na rubrica "Reservas de reavaliação" durante o exercício de 2005 foi como segue:

	Saldo inicial	Transferências para Resultados Transitados (nota 3.j)	Regularizações (Nota 40)	Saldo final
<u>Reservas de reavaliação (Nota 13):</u>				
Constituição das reservas de reavaliação	256.514.383,03	-	-	256.514.383,03
Realização das reservas de reavaliação	(134.132.024,78)	(5.174.176,77)	11.470.018,16	(127.836.183,39)
	122.382.358,25	(5.174.176,77)	11.470.018,16	128.678.199,64
<u>Impostos diferidos associados (Nota 6):</u>				
Constituição dos impostos diferidos	(21.042.482,62)	-	-	(21.042.482,62)
Realização dos impostos diferidos	-	568.919,05	9.960.261,42	10.529.180,47
	(21.042.482,62)	568.919,05	9.960.261,42	(10.513.302,15)
<u>Valor líquido da rubrica "Reservas de reavaliação" (Nota 40)</u>				
	101.339.875,63	(4.605.257,72)	21.430.279,58	118.164.897,49

40. Movimentos Ocorridos nas Rubricas do Capital Próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Aumentos	Transferências (Nota 39)	Regularizações (Nota 39)	Saldo Final
Capital social	150.000.000,00	-	-	-	-	150.000.000,00
Ajust. partes capital filiais e associadas	(4.063,81)	-	-	-	-	(4.063,81)
Reservas de reavaliação (Notas 3.j) e 39)	101.339.875,63	-	-	(4.605.257,72)	21.430.279,58	118.164.897,49
Reservas legais	20.611.045,26	2.602.437,63	-	-	-	23.213.482,89
Reservas livres	22.171.377,45	-	-	-	-	22.171.377,45
Resultados transitados	22.950.492,79	2.447.466,68	-	4.605.257,72	(21.430.279,58)	8.572.937,61
Resultado do exercício	26.024.376,30	(26.024.376,30)	23.787.526,20	-	-	23.787.526,20
	343.093.103,62	(20.974.471,99)	23.787.526,20	-	-	345.906.157,83

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporar no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia-geral de Accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, a Empresa aplicou o resultado líquido positivo apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 26.024.376,30 Euros, da seguinte forma:

Transferência:	
Para reservas legais	2.602.437,63
Para resultados transitados	<u>2.447.466,68</u>
	<u>5.049.904,31</u>
Distribuição:	
De dividendos à holding	19.518.282,22
De lucros ao pessoal	<u>1.456.189,77</u>
	<u>20.974.471,99</u>
	<u>26.024.376,30</u>

Transferências: Os montantes inscritos na coluna "Transferências" dizem respeito à transferência para a rubrica "Resultados transitados" da parcela das reservas de reavaliação realizadas, e respectivos impostos diferidos, durante o exercício de 2005 (Notas 3.j) e 39).

Regularizações: Os valores contidos na coluna "Regularizações", no valor de 21.430.279,58 euros, dizem respeito a uma regularização contabilística efectuada pela Empresa durante o exercício de 2005, em resultado de um estudo efectuado sobre o valor das reservas de reavaliação não realizadas à data de 1 de Janeiro de 2005. Após o registo da referida regularização e da transferência anual da parcela das reservas de reavaliação realizadas durante o ano de 2005, o montante de 118.164.897,49 Euros, corresponde ao valor das reservas de reavaliação não realizadas, líquidas de impostos diferidos, à data de 31 de Dezembro de 2005 (Notas 13 e 39).

41. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas para o exercício de 2005 é como segue:

1. Existências iniciais	1.136.921,88
2. Compras	3.216.261,39
3. Regularização de existências (Nota 46)	(1.905,28)
4. Existências Finais	1.248.441,65
Custo das matérias consumidas (1 + 2 + 3 - 4)	3.102.836,34

A rubrica "Custo das Matérias Consumidas" inclui essencialmente (i) reagentes, tais como cloro, sulfato de alumínio e outros produtos usados no tratamento da água e (ii) material hidráulico para construção civil.

43. Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais nos exercícios de 2005 e 2004 foram as seguintes:

	2005	2004
Conselho de Administração	547.628,32	517.564,98
Fiscal Único	17.911,88	17.911,88
Total	565.540,20	535.476,86

44. Discriminação das Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços foram integralmente realizadas no mercado nacional e respeitam à única actividade da Empresa, designadamente, o abastecimento de água . A sua repartição é a seguinte:

	2005	2004
Vendas de água	134.033.956,55	136.463.854,87
Prestações de serviços	3.351.335,61	3.091.780,71
	137.385.292,16	139.555.635,58

As prestações de serviços respeitam essencialmente à colocação e reparação de contadores e ramais, no valor de 2.156.030,49 Euros e processos de abastecimento, no valor de 511.694,15 Euros.

45. Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são compostos como segue:

	2005	2004
<u>Custos e perdas financeiros:</u>		
Juros suportados	4.760.100,61	4.763.595,58
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	26.835,33	44.457,54
Ajustamentos de aplicações financeiras (Nota 10)	257.374,22	433.672,51
Diferenças de câmbio desfavoráveis	129,61	51,77
Outros custos e perdas financeiros	155.315,69	134.466,48
	5.199.755,46	5.376.243,88
<u>Resultados financeiros</u>	<u>(4.979.491,28)</u>	<u>(4.926.136,54)</u>
	220.264,18	450.107,34
<u>Proveitos e ganhos financeiros:</u>		
Juros obtidos	200.776,43	348.510,22
Diferenças de câmbio favoráveis	28,22	51,51
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.849,07	101.545,61
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	17.610,46	-
	220.264,18	450.107,34

Juros suportados: Nesta rubrica estão incluídos os juros suportados com os empréstimos bancários do BEI (Notas 29 e 51), no valor de 4.699.024,71 Euros e os juros do Papel Comercial (Nota 51), no valor de 56.991,68 Euros.

Outros custos e perdas financeiros: Esta rubrica contempla essencialmente as despesas com garantias e serviços bancários, nos montantes de 144.769,39 Euros (Nota 54) e 10.545,73 Euros, respectivamente.

Juros obtidos: Compreende essencialmente juros de aplicações de tesouraria de curtíssimo prazo, decorrentes de excedentes pontuais de tesouraria, no valor de 99.324,60 Euros, e de depósitos bancários, no montante de 96.787,74 Euros.

46. Demonstração dos Resultados Extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 é como segue:

	2005	2004
<u>Custos e perdas extraordinários</u>		
Donativos	58.406,00	128.463,86
Perdas em existências (a)	2.128,33	115.248,73
Perdas em imobilizações (Nota 10)	21.373,14	634,28
Multas e penalidades	1.043,14	1.870,46
Correcções relativas a exercícios anteriores	10.468,09	11.190,90
Outros custos e perdas extraordinários (b)	285.640,32	315.484,83
	379.059,02	572.893,06
<u>Resultados extraordinários</u>	<u>2.901.422,15</u>	<u>5.051.174,83</u>
	3.280.481,17	5.624.067,89
<u>Proveitos e ganhos extraordinários:</u>		
Ganhos em existências (a)	223,05	1.970,97
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	19.958,45	123.293,92
Benefícios e penalidades contratuais	-	2.761,67
Reduções de provisões (Nota 34)	34.669,23	1.945.517,70
Correcções relativas a exercícios anteriores	344,93	3.083,36
Outros proveitos e ganhos extraordinários (c)	3.225.285,51	3.547.440,27
	3.280.481,17	5.624.067,89

(a) O valor líquido de perdas em existências ascende a 1.905,28 Euros (Nota 41).

(b) Na rubrica “Outros custos e perdas extraordinárias” estão incluídas 284.729,44 Euros referentes a Indemnizações pagas a terceiros por danos causados na sequência de roturas na rede de Distribuição de Água.

(c) A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta pelo que segue:

	2005	2004
Subsídios para investimento (Nota 3.g) e 50) e 54)	3.021.933,48	3.021.933,48
Excesso de estimativa para imposto (Nota 54)	35.229,29	200.473,17
Regularização de subsídios (Nota 50)	-	148.787,60
Outros	168.122,74	176.246,02
	3.225.285,51	3.547.440,27

48. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	2005	2004
Saldos Devedores		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.077.055,62	8.054.973,83
	6.077.055,62	8.054.973,83
Saldos credores:		
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
<i>Estimativa de IRC (Nota 6)</i>	11.430.400,61	11.459.234,75
<i>Pagamentos por conta</i>	(8.698.223,55)	(9.556.155,87)
<i>Retenções na fonte</i>	(54.717,92)	(83.360,56)
<i>Provisão para liquidação adicional de IRC (Nota 6)</i>	650,37	41.346,80
Subtotal IRC	2.678.109,51	1.861.065,12
IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Individuais	264.427,71	272.618,83
Contribuições para a Segurança Social	487.997,42	495.675,62
Imposto de Selo	12.180,00	12.655,00
	3.442.714,64	2.642.014,57

49. Outros Devedores

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica, na vertente de curto prazo, era composta pelo que segue:

	2005	2004
Outros devedores	1.551.221,51	1.773.486,55
Pessoal (Nota 25)	64.728,53	52.847,00
Subtotal	1.615.950,04	1.826.333,55
Ajustamentos de dívidas de terceiros (Notas 21 e 23)	(614.395,16)	(585.980,55)
Valor líquido de balanço	1.001.554,88	1.240.353,00

Relativamente à componente registada em médio e longo prazo, no valor de 738.324,18 Euros, corresponde a um conjunto de *cash-flows* a receber a mais de um ano, integrados num plano de pagamentos devidamente contratado e que tem vindo a ser cumprido.

50. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2005	2004
<u>Acréscimo de proveitos (Nota 3.f):</u>		
Estimativa de consumos de água por facturar (Nota 3.l))	7.528.919,88	8.083.860,90
Estimativa de quota de serviço por facturar (Nota 3.l))	1.886.238,70	1.788.399,15
Juros a receber	440,00	2.974,17
Outros acréscimos de proveitos	137.633,88	141.171,56
	9.553.232,46	10.016.405,78
<u>Custos diferidos (Nota 3.f):</u>		
Seguros Liquidados	767.599,06	707.260,79
Outros custos diferidos	499.185,05	347.733,83
	1.266.784,11	1.054.994,62
<u>Acréscimo de custos (Nota 3.f):</u>		
Seguros a liquidar	79.788,52	117.008,48
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	3.469.946,97	3.546.246,10
Juros vencidos e não liquidados	841.552,19	871.753,64
Benefícios de reforma a liquidar (Notas 3.i) e 3l)	18.484.000,00	19.158.000,00
Outros acréscimos de custos	2.145.966,04	1.694.553,86
	25.021.253,72	25.387.562,08
<u>Proveitos diferidos (Nota 3.f) e 3.g):</u>		
Subsídios ao investimento	49.201.320,87	52.223.254,35
Rendas	1.707,18	-
	49.203.028,05	52.223.254,35

Outros acréscimos de custos: Esta rubrica inclui a especialização de custos com electricidade, no valor de 951.907,46 Euros, com o Imposto Municipal sobre Imóveis, no valor de 370.471,98 Euros e com taxas do Instituto Regulador de Águas Residuais, no montante de 98.772,77 Euros.

Subsídios ao investimento: O movimento ocorrido nesta rubrica durante o ano de 2005 foi como segue:

	Saldo inicial	Amortizações	Regularizações	Saldo final
Subsídios recebidos	87.798.858,59	-	-	87.798.858,59
Proveitos reconhecidos	(35.575.604,24)	(3.021.933,48)	-	(38.597.537,72)
(Nota 46 e 54)	52.223.254,35	(3.021.933,48)	-	49.201.320,87

51. Dívidas a Instituições de Crédito

No final do exercício de 2005, as dívidas a instituições de crédito eram como segue:

	2005	2004
<u>Médio e longo prazo</u>		
Empréstimos do BEI (Nota 29)	175.208.184,68	143.604.884,50
<u>Curto prazo</u>		
Empréstimos do BEI (Nota 29)	5.396.699,83	4.775.009,68
Papel comercial	-	25.000.000,00
	5.396.699,83	29.775.009,68
	180.604.884,51	173.379.894,18

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2005 são como segue:

Contratação e desembolso de duas novas tranches de um empréstimo do BEI (médio e longo prazo) (Nota 29)	37.000.000,00
Desembolsos de papel comercial (curto prazo), integralmente reembolsados ainda durante 2005	66.000.000,00
Subtotal de recebimentos relativos a empréstimos	103.000.000,00
Reembolsos de empréstimos concedidos pelo BEI	(4.775.009,67)
Reembolsos de papel comercial contratado em exercícios anteriores	(25.000.000,00)
Reembolsos de papel comercial contratado durante o exercício de 2005	(66.000.000,00)
Subtotal de pagamentos relativos a empréstimos	(95.775.009,67)
Total dos movimentos no exercício	7.224.990,33

52. Outros Credores

Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica era composto pelo seguinte:

	2005	2004
Câmara Municipal de Lisboa:		
Tarifa de saneamento (Portaria 399/85)	10.754.782,22	11.010.393,80
Tarifa adicional (Portaria 309/84)	1.109.735,16	1.062.524,18
Consultores e assessores	89.738,85	9.250,71
Pessoal (Nota 25)	4.002,30	4.554,19
Outros	172.724,34	95.714,05
	12.130.982,87	12.182.436,93

53. Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2005 é como segue:

	2005	2004
Caixa	35.567,69	24.197,76
Depósitos bancários	2.696.208,39	3.600.868,90
Outras aplicações de tesouraria	3.400.000,00	21.000.000,00
	6.131.776,08	24.625.066,66

54. Nota à Demonstração dos Resultados por Funções

Em 31 de Dezembro de 2005, as principais rubricas da demonstração dos resultados por funções eram como segue:

a) Custo das Vendas e Prestação de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica incluía 37.174.326,37 Euros referentes aos custos operacionais da Área de Negócio de Produção, deduzidos de 2.636.413,68 Euros de proveitos relativos à parcela de amortização anual de subsídios ao investimento, correspondente aos bens do imobilizado afectos à Área de Produção.

A repartição do montante anual total do proveito com subsídios ao investimento, no valor de 3.021.933,48 Euros (Notas 46 e 50), pelas diversas rubricas da demonstração dos resultados por funções em 2005 e 2004 é como segue:

	2005	2004
Custo das vendas e prestação de serviços	2.636.413,68	2.636.413,68
Custos de distribuição	381.778,80	381.778,80
Outros custos e perdas operacionais	3.741,00	3.741,00
(Notas 46 e 50)	3.021.933,48	3.021.933,48

b) Custos de distribuição

Esta rubrica reflecte essencialmente os custos operacionais da Área de Negócio da Distribuição, que durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ascenderam a 29.374.665,44 Euros.

c) Custos administrativos

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica incluía sobretudo os custos operacionais de todas as áreas de suporte da Empresa.

d) Custo líquido de financiamento

Nesta rubrica estão incluídos os juros de empréstimos bancários, no montante de 4.756.310,00 Euros, e os custos suportados com garantias bancárias exigidas para a contratação dos empréstimos do BEI (Nota 32), no valor de 144.769,39 euros (Nota 45).

e) Imposto sobre os resultados correntes

A reconciliação entre o montante de imposto na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções é como segue:

	2005	2004
Imposto total do exercício (Nota 6)	9.507.905,60	10.640.410,89
Excesso de estimativa de imposto (Nota 46)	(35.229,29)	(200.473,17)
Liquidação adicional de imposto (Nota 46)	-	113.027,33
	9.472.676,31	10.552.965,05

Relatório e Parecer do Fiscal Único

De acordo com o estabelecido na lei e nos estatutos, o fiscal único da EPAL vem apresentar o seu Relatório de actividade, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas de Gestão, relativos ao exercício de 2005.

A. Relatório

Na esfera das suas atribuições acompanhou a gestão da Empresa nas áreas de funcionamento mais relevantes, tendo como elementos básicos de análise as peças contabilísticas mensais e elementos de suporte; orçamentos do exercício e plano de investimentos; elementos de controlo das contas de Clientes; a posição dos empréstimos e correspondentes custos suportados no exercício; produção, consumos e perdas de água e os dados do PCG sobre a posição económica e financeira da Empresa.

Durante o exercício foram preparados relatórios de informação sobre as análises realizadas, os quais foram atempadamente remetidos ao Conselho de Administração para conhecimento.

Em termos de síntese, as tarefas do fiscal único consistiram basicamente no seguinte:

- Acompanhamento da gestão da Empresa nas suas áreas operacionais de maior influência nos resultados, em especial nos domínios da execução dos orçamentos, contas de terceiros, perdas de água e empréstimos.
- Confirmação da titularidade, pela Empresa, dos bens e valores afectos à exploração. Neste prisma, pôde verificar-se que o activo fixo está expresso no balanço ao preço de custo ou valor de reavaliação, tendo as amortizações do exercício, no total de 27.189,40 milhões de EUR, sido apuradas de acordo com o período estimado de vida útil dos bens e com base nas taxas máximas estabelecidas pela lei fiscal.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os documentos e registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Controlo da execução dos orçamentos de exploração e da realização financeira do plano de investimentos, podendo inferir-se que os níveis de execução alcançados são satisfatórios, tanto na área dos orçamentos pelos valores atingidos em relação aos previstos como no domínio dos investimentos, face aos níveis finais de realização financeira (facturação 85%) e compromissos assumidos (91%), para uma dotação anual de 67,235 milhões de EUR.
- Análise da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e dos critérios de valorização dos activos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgados no Anexo em condições de expressar, adequadamente, a situação financeira da EPAL e o resultado das suas operações neste exercício.
- Apreciados os níveis das perdas de água em 2005, que globalmente atingiram 37,8 milhões de metros cúbicos, pôde ver-se que as mesmas traduzem apenas 14,8% da água produzida. O índice das perdas anuais tem

vindo a baixar nos últimos anos, fixando-se neste exercício abaixo dos 15%, em termos de valor médio anual. O índice atingido, de 14,8%, terá sido, pelas informações disponíveis, o mais baixo dos últimos 15 anos, e assume, ainda, mais significado quando tal índice de perdas tem por base um volume de água produzida mais baixo (5%) que o do ano anterior, em que as perdas atingiram cerca de 17%.

- Deve ressaltar-se que o controlo e redução das perdas de água se insere nos objectivos do órgão de gestão, nos últimos anos, reflectidos em medidas que visam minimizar os prejuízos com a água desperdiçada, e que se têm traduzido, especialmente, em subfacturações e consumos clandestinos. Tais medidas têm consistido em obras de beneficiação e/ou ampliação da rede de distribuição, a par de uma aplicação de meios de controlo mais eficazes para evitar os consumos clandestinos.

- Analisado o Fundo de Pensões com dados actualizados a 31.Dez.2005, verificámos como aspectos mais relevantes nas variações ocorridas entre os valores dos Activos e de Cobertura das responsabilidades:

- Que o acréscimo registado no valor dos Activos atingiu 12,8% em 2005, face ao ano anterior, o qual se mostra muito superior à evolução das responsabilidades, que registou apenas 6,4%, no mesmo período. Os complementos de reforma pagos pelo Fundo atingiram 1,7 milhões de EUR, tendo as contribuições da EPAL sido de 3,6 milhões de EUR. Com esta medida, a Empresa reforçou o nível de financiamento das suas responsabilidades para com o Fundo de Pensões, nível este que passou a atingir, nesta conformidade, cerca de 100% no final deste exercício, tendo por base os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP (Norma 21/96-R). As responsabilidades da Empresa, nesta vertente financeira, passaram a ficar totalmente cobertas.

- A Empresa prosseguiu em 2005 com a realização dos objectivos programados de médio e longo prazo, que visam, no essencial, a melhoria da qualidade do serviço que presta e uma melhor adequação da oferta do produto que vende às exigências da procura. Com o novo modelo organizacional já na fase operacional, a EPAL procura levar a bom termo o projecto de renovação e modernização dos sistemas de informação, cujos resultados já estão a ser bem visíveis em termos da qualidade do serviço prestado aos Clientes, e reconhecido por estes.

- A situação económica da empresa no final de 2005 manteve, genericamente, os índices de rendibilidade do Activo, Capital próprio e Vendas, confortáveis e próximos dos valores atingidos em anos anteriores, tendo a sua ligeira quebra face a 2004 origem, a nosso ver, na subida do custo das matérias consumidas e na redução dos proveitos com a venda de água, face ao menor consumo provocado pela seca neste exercício, o qual foi vivamente recomendado pelas entidades responsáveis do sector.

- Contudo, pode ver-se que a evolução dos resultados entre 2003/2005, evidencia uma melhoria muito considerável e que igual tendência se verificou, também, em relação ao cashflow líquido, num total de 56,344 milhões de EUR, valor que naquele período cresceu cerca de 2,7%, pese embora o efeito negativo da sua componente RL, cujo decréscimo foi influenciado pelo resultado operacional, pelas razões anteriormente aduzidas.

- A estrutura financeira da Empresa, evidenciada pelos indicadores mais críticos, revela uma evolução desfavorável, especialmente no que toca à liquidez e solvabilidade. A liquidez geral, com o índice de 0,59, registou a quebra mais significativa, -10,2%, face a 2004.

- Quanto à cobertura do imobilizado por capitais permanentes, o índice manteve valores muito próximos dos registados no último triénio [0,99-1,02], os quais ainda evidenciam uma estrutura financeira que não compromete o normal funcionamento da Empresa.

De anotar que o indicador da solvabilidade, que reflecte o peso do capital próprio sobre o passivo da Empresa, o menor crescimento daquele por força da fraca retenção dos resultados, perante a evolução do passivo, conduz, inevitavelmente o respectivo índice para um decréscimo contínuo, no final de cada exercício.

O capital próprio da EPAL, num total de 345,91 milhões de EUR, é constituído, no essencial, pelo capital social (43%) e pelas reservas de reavaliação (34%). As restantes reservas, com base em resultados, têm fraca expressão no capital próprio, cerca de 23%, em boa medida pelo efeito da aplicação dos lucros.

- Considerando as expectativas da EPAL no que se refere ao vasto programa de investimentos, a médio/longo prazo, parecer-nos-ia aceitável, em termos de gestão, que uma maior retenção dos lucros não seria inoportuna, por vir contribuir para a melhoria da estrutura financeira, bastante debilitada na liquidez geral e reforçar os valores de permanência do cashflow líquido, cujos montantes registados nos últimos anos poderiam financiar, de forma quase exclusiva, o esforço de financiamento da Empresa.

- Somos de opinião que a proposta de aplicação dos resultados, nas condições apresentadas pelo Conselho de Administração, está de acordo com a lei e os estatutos da Empresa, em especial o que se encontra prescrito no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria.

B. Parecer

Em face do exposto, o Fiscal único é de parecer que se encontram em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2005, e
 - . a Proposta de Aplicação dos Resultados,
- nas condições apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 14 de Março de 2006.

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um Activo Líquido de 687.785.943 euros e um total de Capital Próprio de 345.906.158 euros, incluindo um Resultado Líquido de 23.787.526 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. No nosso exame procedeu-se também à verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre os documentos de prestação de contas da Empresa.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 14 de Março de 2006.



O Revisor Oficial de Contas,
(António Dias Nabais)

Relatório de Auditoria



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Aos
Accionistas da
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 687.785.942,56 euros e um total de capital próprio de 345.906.157,83 euros, incluindo um resultado líquido de 23.787.526,20 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
10 de Março de 2006

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.** em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 10 de Março de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Representada por:

José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação

000 ex.